

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Pouso Alegre**

Data: **2/9/2009**

Horário: **14 horas**

Folhas: **102**

Duração: **3h45min**

Presidente: **Dep. João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
Deputado Ruy Muniz

Participantes: **Juiz Sérgio Franco**
Promotora Tereza Cristina Coutinho
Delegado Rafael Bobra Arakak
Sr. Emilson Loures da Silva
Sra. Romilda dos Reis
Sra. Juliana Campolina
Sra. Raquel Ribeiro Costa
Cel. Márcio Martins Santana
Delegado Carlos Eduardo Pinto
Delegado Hafez Tadeu Sadi
Subsecretário Cloves Eduardo Benevides
Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca
Prefeito Aguinaldo Perugine
Vereador Paulo Henrique Pereira Alves
Sr. André Luís Ferreira Sales
Vereadora Mariana Aparecida Pereira
Vereador Benedito Antônio de Souza
Vereador Oliveira Altair Amaral

Sr. José Carlos
Sr. Luciano de Melo Ferreira
Vereador Antônio João de Faria
Vereador Moacir Franco
Delegado Renato Mendes

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 2**

O Sr. **Presidente (Deputado João Leite)** ... coordenadora regional em... (- Falha na gravação.) ... Pouso Alegre da Defensoria Pública do Estado; Dra. Tereza Cristina Coutinho, Promotora de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça; a Sra. Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino da Secretaria de Educação; Dra. Juliana Campolina, Diretora de Proteção Social Especial, representando o Deputado Agostinho Patrús Filho, Secretário de Desenvolvimento Social; Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar. Queria também agradecer a presença e convidar para tomar assento à Mesa o Vereador Paulo Henrique, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Agradeço a V. Exa. e aos demais Vereadores a cessão do Plenário da Câmara para a realização desta audiência da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. Também gostaríamos de convidar o Dr. Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional da Polícia Civil, para fazer parte da Mesa. Agradecemos muito a presença do Dr. Sérgio Franco, Juiz de Direito, representando o Poder Judiciário do Estado. O senhor muito contribuirá para a nossa audiência. Agradeço ainda e registro a presença dos Vereadores de Pouso Alegre, além do nosso Presidente Paulo Henrique Pereira Alves, das Vereadoras Dulcineia Maria Costa de Souza e Oliveira Altair Amaral, dos Vereadores Fabrício de Oliveira Machado, Frederico Coutinho de Souza Dias, Hélio Carlos de Oliveira, Laércio Faria Machado, Marcus Vinícius Vieira Teixeira, Moacir Franco, Raphael Prado dos Santos e da Vereadora Rogéria Aparecida Ferreira de Oliveira. Muito obrigado pela cessão do

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 3**

espaço e pela presença a esta audiência pública. Registro também a presença do Carlos Muniz, Presidente da OAB de Pouso Alegre, e o convido para estar conosco. Agradeço a todos a presença.

Já me encontrei com alguns Presidentes de Conseps. É muito importante para a Comissão de Segurança Pública, além de ouvir as autoridades, ouvir a população, colhermos as suas impressões em relação à segurança pública. Nós, desta Comissão, e a Assembleia Legislativa fazemos grande esforço para estar nas 16 Regiões Integradas de Segurança Pública. Como todos sabem, o governo organizou a segurança pública em regiões integradas. Esta Comissão esteve em duas, Uberaba e Montes Claros. As reuniões foram muito proveitosas, com grande participação. Em Uberaba, especialmente, houve grande participação popular, com a apresentação de muitas sugestões. Além de contarmos com a presença das nossas Polícias Civil e Militar, que comandam as regiões integradas, temos convidado a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, fundamentais no combate à criminalidade, sobretudo em regiões como esta, cortada por rodovias federais. É muito importante a presença dessas nossas polícias. Além disso, nas audiências, temos procurado contar com a presença do Poder Judiciário, tão importante e conhecedor da questão da criminalidade; do Ministério Público e da Defensoria Pública. Temos tido a honra de ter sempre a presença dessas autoridades. Quero fazer um agradecimento especial ao Secretário Cloves Benevides pela sua presença. Queremos a participação de representantes da Subsecretaria Antidrogas, pela importância de seus programas, da

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 4**

Secretaria de Desenvolvimento Social, das áreas da assistência social, da educação, de esportes e da juventude. Entendemos que, além da área de repressão, é fundamental a integração da área de prevenção do Estado. É final desejado por nós, da Comissão de Segurança Pública, e pela Assembleia Legislativa contar, além das Polícias Militar e Civil, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e com a tão importante área preventiva do Estado para contribuirmos na luta contra a criminalidade. Para nós, é também fundamental a participação popular. Só haverá boa segurança pública, quando houver participação e interesse da população. Aqui estão muitos Presidentes de conselhos de segurança. Quero agradecer-lhes a presença e garantir-lhes a palavra. Também convidamos a associação comercial, que tem dado grande contribuição, a CDL e todos da região para participarem desta audiência. Agradeço muito a todos a presença. Já temos o nome de vários Presidentes de Conseps, que serão convidados para se manifestar. O nome do Sr. Oribes Peres, Presidente do Consep de Monte Verde, já chegou em minhas mãos. Muito obrigado pela presença.

Fomos muito provocados pelo Deputado Federal Miguel Martini para realizarmos esta audiência. Aqui está o Luciano, seu representante, preocupado com a segurança em Jacutinga. Hoje poderemos falar sobre essa questão, interesse também do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Aproveito o quórum qualificado de tantas pessoas para dar um aviso da Assembleia de interesse de todos: será realizado na Assembleia o seminário legislativo "Esporte, infância e

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

22/9/2009 - 14 horas

Pág.: 5

adolescência - caminho para a cidadania". Desse seminário participarão especialistas na área que mostrarão a importância do esporte. O Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, convida todos para a etapa que será realizada em Poços de Caldas, dia 29 de setembro, às 8 horas, no Sest/Senat, na Rua Geraldo Costa Abrantes, 200, Parque Pinheiros. Realizaremos várias audiências regionais e, depois, a plenária final, em Belo Horizonte, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2009, na Assembleia.

O Ten.-Cel. Alexandre Lucas teve o carinho de nos enviar orientações da Defesa Civil. Todos podem ter acesso a essa cartilha que peguei emprestada da Deputada Maria Tereza Lara. Trata-se de um trabalho muito benfeito pela Defesa Civil do Estado, orientando a população e os Prefeitos em relação ao período de chuvas. Essa cartilha está à disposição de todos na entrada. Vamos iniciar. Com a palavra, Delegado Sadi, para a sua apresentação.

O Delegado Hafez Tadeu Sadi - Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; Deputada Maria Tereza Lara; Deputado Ruy Muniz; demais autoridades e representantes dos Poderes Judiciário e Executivo; Prefeito; colegas policiais civis e militares; senhoras e senhores, é uma satisfação para nós, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária, estar aqui e para falar um pouco sobre o que fazemos pela segurança pública, o que produzimos, e o que a Polícia Civil executou. Com a permissão do Presidente, falarei sobre o atual

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 6**

sistema de segurança pública para vocês entenderem um pouco. (- Apresentação de "slides".)

A nossa Região Integrada de Segurança Pública é a 6ª, onde está o 6º Departamento de Polícia Civil, a 6ª Região da Polícia Militar e o 9º Batalhão de Bombeiros Militar. Com a criação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp -, implantado pelo Plano Nacional de Segurança Pública, deu-se início, em 2003, ao processo de integração das Polícias Civil e Militar com os demais órgãos do sistema de defesa social. Essa integração teve, como primeira ação, a criação da Secretaria de Estado da Defesa Social, responsável pela coordenação e pelo acompanhamento do processo então iniciado. Esses são alguns eixos orientadores da filosofia das Áreas de Integração de Segurança Pública - AISPs.

A estruturação é descentralizada, atendendo às peculiaridades de cada local e buscando a repressão qualificada. Há metodologias integradas de trabalho de investigação das ações policiais preventivas; aferição dos serviços policiais, com resultados qualitativo e quantitativo, buscando maior eficiência e eficácia nas investigações; participação da comunidade em todos os níveis, com reuniões periódicas; reuniões no mesmo espaço físico das Polícias Civil e Militar que atuam no território. A nossa Secretaria de Defesa Social é coordenadora dos seguintes órgãos: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar, Defensoria Pública, Subsecretaria de Assuntos Prisionais. Esses são os órgãos que compõem a nossa Secretaria. Nesse sistema, há quatro níveis de governança.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 7**

Como representante do Estado, há o Colegiado, composto pelos Secretário de Defesa Social, Subsecretário de Assuntos Prisionais, Chefe da Polícia Civil do Estado, Comandante-Geral da PMMG, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Chefe da Defensoria Pública. Abaixo está a Região Integrada de Segurança Pública - Risp. Nela atuam os Comandantes da região militar e do Batalhão do Corpo de Bombeiros e o Chefe do Departamento da Polícia Civil. Mais abaixo, há a Coordenação Integrada de Segurança Pública, composta pelos Comandantes de batalhões ou companhias independentes da Polícia Militar, os Delegados Regionais e o Comandante do pelotão do Corpo de Bombeiros. Abaixo ainda está a Área Integrada de Segurança Pública, com os Comandantes das companhias comuns e dos pelotões, a Polícia Militar e os Delegados. Esse último nível atua praticamente nas cidades menores, que não são comarcas, mas Municípios.

Em todo o sistema, há 16 Regiões Integradas de Segurança Pública, a saber: Belo Horizonte; Contagem; Vespasiano; Juiz de Fora; Uberaba; Lavras, que represento aqui hoje; Divinópolis; Governador Valadares; Uberlândia; Patos de Minas; Montes Claros; Ipatinga; Barbacena; Curvelo; Teófilo Otôni; e Unaí. A sede da nossa Região Integrada de Segurança Pública está em Lavras e é composta pelo 6º Departamento de Polícia Civil, pela 6ª Região de Polícia Militar, cujo Comandante é o Cel. Santana, e pelo 9º Batalhão do Corpo de Bombeiros, cujo Comandante é o Ten.-Cel. Alvarenga.

O 6º Departamento de Polícia Civil é composto por nove delegacias regionais, a saber: Delegacia Regional de Alfenas, de

Campo Belo, de Itajubá, de Lavras, de Poços de Caldas, de Pouso Alegre, de São Lourenço, de Três Corações e de Varginha; tendo oito áreas de coordenação integrada em segurança pública. Estão juntas Lavras e Campo Belo, Alfenas e Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço, Três Corações e Varginha. E três áreas integradas de segurança pública: há duas em Pouso Alegre, uma em Lavras e as demais ainda a serem criadas.

Apresentaremos o que a Polícia Civil apurou de crimes. Apuração de crimes violentos contra a vida; ocorreram 116 homicídios tentados e 90 homicídios consumados. Apuração de crimes violentos contra o patrimônio: 521 roubos e 395 roubos à mão armada, 6 latrocínios e 12 sequestros.

Inquéritos concluídos do dia 1º deste ano ao dia 31 de agosto. São inquéritos remetidos à Justiça definitivamente. Em janeiro, foram encaminhados 1.983; em fevereiro, 2.612; em março, 2.229; em abril, 2.642; em maio, 2.500; em junho, 2.296, em julho, 2.318. Somando, até agosto, 18.993 inquéritos que estão à disposição da Justiça, com indiciamento ou não das pessoas que nele cometeram delito.

Esses são termos circunstanciados de ocorrência. Para quem não sabe, termo circunstanciado de ocorrência, são os crimes de menor potencial ofensivo, aqueles em que as penas não ultrapassam dois anos. É lavrado um termo e encaminhado para a Justiça. Em janeiro, remetemos 2.778; em fevereiro, 3.394; em março, 3.217; em abril, 4.159; em maio, 3.960; em junho, 3.911; e, em julho, 3.405;

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

22/9/2009 - 14 horas

Pág.: 9

perfazendo um total de 27.075 termos circunstanciados. Agora, apresentaremos o que há, hoje, represado em nossas unidades policiais da Polícia Civil. Estão em tramitação nas delegacias que compõem o 6º Departamento de Polícia, 18.493 inquéritos em andamento. É uma sobrecarga muito grande. Apesar de todos os esforços empreendidos, ainda temos acumulado 18.493.

Veremos o que fizemos em nossa corporação. Nossa corporação é composta por Delegados, Médicos-Legistas, Peritos, Agentes de polícia e Escrivães. Foram realizadas, de 1º de janeiro até agosto, 74.361 oitivas; número de intimações realizadas, 70.376; número de ordens de serviço realizadas, 21.333; número de interceptações telefônicas, 335. Número de mandados de busca e apreensão expedidos e cumpridos, 2.133; número de mandados de prisão cumpridos, 1.751 pessoas levadas ao cárcere; número de certificados de veículos expedidos, 108.260; número de perícias realizadas, 11.646; carteiras de identidades expedidas, 53.244; número de laudos do IML, 3.678. Nosso contingente, hoje, os servidores da área do 6º Departamento de Polícia, é de 9 Delegados Regionais, 103 Delegados, 158 Escrivães, 44 Peritos, 26 Médicos-Legistas, 345 agentes, perfazendo um total de 685 servidores. Esse é o contingente para toda essa sobrecarga de serviço. Neste ano, houve 12 exonerações.

Apuração de crimes violentos contra a vida. Passarei para Pouso Alegre, na área do nosso colega, Dr. Carlos. Na cidade de Pouso Alegre, não na regional, houve 3 crimes tentados e 3 consumados. Todos os seis casos foram devidamente apurados. Parabéns aos colegas

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 10**

das Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e de todos que compõem o Sistema de Defesa Social e de Justiça. Apuração de crimes violentos contra o patrimônio. Roubos, foram 26; roubo à mão armada, 6; nenhum latrocínio nem sequestro, graças a Deus. Número de oitivas realizadas em Pouso Alegre: 3.360; intimações, 2.066. As pessoas perguntam por que há diferença entre o número de oitiva e de intimação. Isso ocorre porque há flagrante delito e oitivas de outros inquéritos, então há diferença nesse número. Ordens de serviço realizadas, 3.068; interceptações, 95; operações realizadas em conjunto entre regionais, 3. As grandes operações realizadas entre as regionais, utilizam os policiais civis de toda a área do 6º Departamento. Número de mandados de busca e apreensão expedidos e cumpridos, 110; número de mandados de prisão cumpridos, 130; inquéritos relatados, 1.234; TCO relatados, 792. Número de certificados de registros de veículos expedidos, 12.934; número de perícias realizadas, 1.757; número de laudos, 312. O contingente para produzir esse serviço, na Delegacia Regional de Pouso Alegre, é de 9 Delegados, 3 Médicos-Legistas, 5 Peritos, 11 Escrivães, 37 agentes e 1 auxiliar de necropsia. Esse é o efetivo que contamos em Pouso Alegre. São 66 homens para cumprir essa gama de serviço. Graças a Deus, não houve servidor exonerado.

A produtividade do 6º Departamento. Consultei o total da população com a ajuda do meu amigo Cel. Santana: Alfenas, aproximadamente 233 mil habitantes. Boletins de ocorrência da Polícia Civil, 2.932; boletins da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 11**

Federal, 16.152; inquéritos instaurados por portaria, 1.767 e auto de prisão em flagrante, 375. Não vou alongar, vou para o resultado geral. Boletins de ocorrência da Polícia Civil, 24.374; boletins da Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, 128.106; inquéritos instaurados por portaria e flagrante, 17.121. Termos circunstanciados de ocorrência - TCOs -, crimes menores, encaminhados para a Justiça, 18.993; inquéritos devolvidos a prazo, 34.122; inquéritos relatados e remetidos à Justiça, 53.143 e devolvidos; inquéritos em andamento, 140.081. Vão e voltam. TCOs em andamento, 855, perfazendo definitivamente remetidos, 27.075.

O que produzimos, realizamos de operações ali, por regional, estão todos expostos. Falarei sobre Pouso Alegre. Foram 297 mandados de busca e apreensão; 288 mandados de prisão; 2.156 operações realizadas e 136 interceptações. Em todo o Departamento, houve 1.952 mandados de busca e apreensão; mandado de prisão, 1.751; operações realizadas, 3.785; interceptações, 344.

A composição do 6º Departamento de Polícia é a seguinte: a sede é a 1ª Delegacia Regional de Lavras, que também é a sede do Departamento. A 2ª Delegacia é Pouso Alegre, a 3ª Delegacia está em Poços de Caldas, a 4ª Delegacia está em Itajubá; a 5ª, em São Lourenço; a 6ª, em Alfenas; a 7ª, em Varginha; a 8ª, em Três Corações e a 9ª, em Campo Belo.

Estratégia que adotamos no 6º Departamento: Projeto 48 horas. Sr. Presidente, esse projeto é um sucesso aqui. Dr. Carlos, juntos, os colegas da Polícia Militar e Bombeiros são os responsáveis

por esse sucesso. Depois, se o Dr. Carlos puder falar um pouco sobre esse excelente projeto será ótimo. O projeto consiste na mobilização da maioria dos policiais disponíveis, visando ao esclarecimento de crimes de clamor público e violência no menor espaço de tempo possível. As operações integradas são realizadas em conjunto entre as Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e demais instituições de defesa social. As operações compartilhadas são aquelas em que há troca de informações entre as delegacias regionais pertencentes ao Departamento e na execução dos mandatos de busca e apreensão, mandatos de prisão, utilizando os recursos humanos das regionais vizinhas existentes, dentro do nosso Departamento, com apoio do coordenador de operações de polícia judiciária da Superintendência-Geral de Polícia Civil, em Belo Horizonte, nosso colega, Dr. Anderson.

O que fizemos para produzir todo esse serviço? Adotamos estratégias como a valorização dos policiais civis, com cursos de atualização promovidos pela sede da Acadepol, de forma regionalizada e, no mínimo, semestrais, mantendo-os treinados no uso e manuseio de armas, equipamentos diversos e motivados. Racionalização do uso do material à disposição das unidades policiais, pela conscientização dos servidores. Há reuniões periódicas dos servidores em todos os níveis da administração para coleta dos problemas, encaminhamento das instâncias superiores, visando prover as chefias de informações atualizadas. Perdoem-me seguir tão rápido, mas ainda há o colega para falar e outras coisas a apresentar.

Troca de informações e conhecimento entre todos os organismos policiais e instituições ligadas à defesa social para estratégias conjuntas e estreitamento de laços de união. Realização de convênios com faculdades e prefeituras municipais, para angariar estagiários e servidores municipais suprindo parte da carência de pessoal. Munir os Delegados Regionais de todas as informações referentes aos critérios de produtividade e metas para que esses sejam multiplicadores da doutrina e repassem a todos os colegas a necessidade de atingi-las e suplantá-las.

Área específica de polícia judiciária. Remessa de todos os termos circunstanciados de ocorrência à justiça, sem levar em consideração as limitações das pautas de audiência, preenchendo, se preciso, para os anos seguintes, não permitindo que qualquer responsabilidade de morosidade recaia sobre a Polícia.

Realização de... (- Inaudível.) os problemas estruturais ao conhecimento dos magistrados. Verificação, em cada unidade, dos procedimentos por ventura prescritos, inclusive virtualmente por carência de condição de possibilidade, apontando os fatos e remetendo-os à justiça sem delongas. Inquéritos policiais sem autoria esclarecida há mais de dois anos, salvo homicídios e crimes graves, de repercussão social, deveriam ser relatados e remetidos à Justiça. Manutenção de equipes de apoio de dois agentes durante os plantões para atender ocorrências e dar pronta resposta à sociedade, com prestação de atividade de polícia judiciária. Realização de intimações pelas equipes de prontidão durante os finais de semana,

feriados e nos dias comuns até às 21 horas. Hoje, para apoiar nosso quadro, que é carente, temos 411 servidores municipais estagiários e da MGS, 33, para nos auxiliar em nossa tarefa de exercício da Polícia.

Nem tudo são flores, Deputados, há alguns impedimentos para melhor servi-los. Inexistência de delegacias de Polícia Civil com efetivo fixo, Delegados e equipe em vários municípios. Consequente deslocamento rotineiro da guarnição de radiopatrulha entre os Municípios para a condução de cidadãos infratores presos em flagrante delito às delegacias de outras cidades. Falta de estrutura embrionária no departamento de polícia, falta de estrutura de pessoal e material, obrigando ao improvisado que sempre deixa a desejar. Falta de prédio para se aliar à Risp, região integrada, dificultando a materialização da integração pretendida. Necessidade de dotação orçamentária para os departamentos que vivem sobrecarregando as delegacias regionais onde estão provisoriamente alocados, impedindo o bom funcionamento de ambos, departamento e regional. Maior autonomia às chefias de departamentos da Polícia Militar para mobilização de pessoal e alocação de recursos, inclusive, viaturas. A não existência, na sede do Departamento, de uma central de material e logística para atendimento da área, como armamento, munição, coletes e suprimentos de informática. Falta crônica de policiais e servidores administrativos agravada pelas aposentadorias e pela evasão de servidores devido aos baixos salários, sendo que muitos fazem da polícia um degrau para outras carreiras, o que acarreta baixa

produtividade, falta de compromisso com a instituição. Necessidade de implementação do plano de carreiras, que prevê as promoções horizontais. Falta de regulamentação do cargo de Chefe de Departamento e suas atribuições, exigindo analogia com a legislação defasada, aí incluída a própria lei orgânica da Polícia Civil da década de 60. Carga horária de trabalho desumana, na medida em que a lei prevê 40 horas semanais, e todos trabalham muito além disso, causando descontentamento e, ultimamente, mandados de segurança. Remuneração aquém da realidade para ampliação de competências e serviços prestados fora da sede de lotação do servidor, praticamente sem diárias e reembolso de despesas. (- Inaudível.) na Delegacia Regional de Campo Belo, devido à 161ª de Campo Belo não ser independente, quebrando o princípio de equivalência.

Em resumo, é o que fizemos para tentar melhorar nossa prestação de segurança pública. A Polícia Civil, com seu contingente, trabalha da melhor forma possível. Nossos homens, não tendo finais de semana, nem noite, dia, feriado, trabalham dando o seu melhor. A questão segurança pública é relevante. Graças a Deus, estamos comprometidos com isso. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado pela apresentação. Com a palavra, o Cel. Márcio Martins Santana, Comandante da 6ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais.

O Cel. Márcio Martins Santana - Exmos. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas Gerais, é uma satisfação rever o amigo no Sul de Minas; Deputados

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas Pág.: 16

Dalmo Ribeiro Silva, que hoje cumpre dupla função, pois compõe a Mesa de trabalhos e recepciona a todos pois está em sua região; e Ruy Muniz; Deputada Maria Tereza Lara, também é uma satisfação recebê-la, Prefeito Agnaldo Perugini, dileto amigo, é um prazer revê-lo; Vereador Paulo Henrique, Presidente da Câmara, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores presentes; Cloves Benevides, Subsecretário de Estado; Dr. Sérgio, Juiz de Direito da Comarca; Dra. Tereza Cristina, Promotora de Justiça da Comarca; na pessoa do Dr. Sadi, cumprimento os Delegados presentes, companheiros da Polícia Rodoviária Federal, senhores da sociedade civil organizada, boa tarde.

Minha fala, inevitavelmente, coincidirá muito com o que o Sadi disse. Infelizmente, hoje em Minas Gerais, vivemos um modelo que há muito parecia impossível. Entretanto, a prática e a convivência têm mostrado que é uma possibilidade exitosa a de fazer com que as polícias trabalhem de forma sistêmica e integrada.

(- Procede-se à apresentação de transparências.)

Hoje, nossa introdução é similar, pois usamos a mesma plataforma de apresentação, não é Sadi? Não é que um tenha colado do outro, mas é que o trabalho foi realizado de forma integrada. O fato é que hoje em Minas Gerais temos uma política de segurança pública diferentemente do que acontecia num passado próximo, quando as questões da área eram sempre tratadas de forma improvisada, apagando incêndio. Hoje, temos uma política de segurança pública bem definida e com caminho muito bem traçado. As coisas têm-se desenvolvido de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 17**

forma positiva. Como o Dr. Sadi já mencionou, essa política tem como linha mestra a atuação do colegiado, em que o Secretário de Estado de Defesa Social coordena as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, a Defensoria Pública e a Subsecretaria de Assuntos Prisionais. Não há hierarquia nesse colegiado. As decisões são horizontais, o que tem permitido avanços significativos, porque os chefes de nossas instituições se sentam lado a lado, buscando soluções. Aliado ao colegiado, a Secretaria de Estado de Defesa Social implementou em Minas Gerais a metodologia de Gestão Integrada de Segurança Pública. Do que se trata? É a gestão feita pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, por meio de reuniões periódicas, sistemáticas, reuniões de trabalho, em que são apresentadas a produtividade das duas polícias, as ações integradas, e a busca de soluções de problemas que são apresentados. Em nosso Departamento, temos três áreas integradas de segurança pública, na verdade, as células básicas da gestão integrada. É a Companhia de Polícia Militar trabalhando juntamente com uma Delegacia de Polícia Civil. Temos uma área integrada em Lavras e duas áreas integradas em Pouso Alegre. Territorialmente, Pouso Alegre é dividida em duas, com atribuição de uma Companhia de Polícia e de uma Delegacia de Polícia em cada uma dessas metades. Dou meu testemunho sobre o funcionamento extremamente positivo da gestão integrada no Sul de Minas. Em Lavras, temos uma boa experiência, pois contamos com a presença do Dr. Cléber, Delegado Regional, ao lado do Ten.Cel. Rogério, Comandante do 8º Batalhão, e realizamos reuniões muito produtivas. Particularmente em Pouso

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 18**

Alegre, rendo minhas homenagens ao Dr. Sérgio e à Dra. Tereza Cristina, que não pertencem ao sistema de Defesa Social, mas, como membros do sistema de Justiça, respondem aos nossos chamados e participam efetivamente das reuniões, fazendo com que soluções providenciais e duradouras sejam tomadas em Pouso Alegre. A 6ª Região tem uma coincidência geográfica de responsabilidade com o 6º Departamento, que é chefiado pelo Dr. Sadi. Essa integração territorial engloba o Sul de Minas com suas Aisps e suas Acips.

Aqui, temos todas as nossas Acips, o 20º Batalhão em Pouso Alegre, o 8º em Lavras, o 29º em Poços de Caldas, a 5ª Companhia em Itajubá, a 14ª em São Lourenço, a 18ª em Alfenas, o 24º Batalhão em Varginha, e a 16ª Companhia em Três Corações. Cada uma dessas unidades coincide com uma Delegacia Regional da Polícia Civil.

Na 6ª região, temos oito unidades de execução operacional e mais uma especializada em meio ambiente e trânsito rodoviário. Aí, temos a coincidência com a Polícia Civil, que até mudou a nomenclatura de suas Delegacias Regionais. Antigamente, os números eram maiores. Hoje, corresponde à 1ª Delegacia Regional do 6º Departamento, que era a 30ª. Agora, temos Lavras, que é a 1ª Delegacia Regional coincidindo com o 8º Batalhão, e o 20º coincidindo com a 2ª Delegacia Regional e assim por diante. A única anomalia ainda existente é a Delegacia Regional de Campo Belo, que é uma reivindicação da Polícia Civil e acredito deva perdurar como Delegacia Regional e possivelmente a Polícia Militar deverá ter uma Companhia independente. A 6ª Região é composta por 138 Municípios no

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 19**

Sul de Minas. Essa é a nossa divisão, a nossa articulação. O 8º Batalhão tem 25 Municípios e o 20º Batalhão tem 34 Municípios.

Com a integração, tivemos alguns avanços como o incremento na capacidade de coordenação das Aipis nas operações integradas. Hoje, o Delegado trabalha lado a lado com o Comandante da Companhia. Dessa forma, os problemas se tornam evidentes às duas instituições e a busca de solução se torna mais prática. A capacidade de articulação estratégica também melhorou, pois as duas instituições se fortaleceram muito com a integração. Quando comandava o Batalhão em Pouso Alegre, o entrevistador da rádio me perguntou o que eu achava da união das duas polícias. Eu disse que era muito difícil duas instituições tão diferentes serem objeto de unificação. É como um casamento. Para unificar é preciso namorar, noivar, conhecer as mazelas uns dos outros, conhecer as virtudes uns dos outros para, depois, ter uma união perfeita. Talvez essa seja a forma, mas o fato é que o modelo adotado por Minas Gerais, com essa integração que respeita a individualidade de cada instituição, a cultura organizacional e a hierarquização, tem feito com que cada uma encontre seu caminho. Posso dar com segurança o testemunho de que trabalhando um ao lado do outro estamos ficando mais fortes. Melhoramos, ainda, a capacidade de coordenação, de planejar e executar um policiamento inteligente e focado no uso de sistema integrado de informações criminais, o incremento da capacidade de articular parceiros em potencial, e o controle de homicídios e do tráfico de drogas em áreas de risco. As nossas ações se completam. A

ação preventiva da polícia e a ação de polícia judiciária, culminando com o trabalho dos órgãos do sistema de Justiça, faz com que nós tenhamos esse sentimento de impunidade cada vez mais mitigado. Conseguimos, ainda, melhor planejamento de execuções preventivas e ampliação do acesso à informação criminal. Compartilhar os dados era algo inconcebível. Eram duas polícias trabalhando num Estado sem compartilhar informações, logo o avanço é significativo. Temos, ainda, melhoria na qualidade das operações conjuntas, ou seja, é o desprendimento de um esforço de pessoal, de logística, com resultados mais palpáveis. Por falar na 6ª Região, chamo atenção para a posição estratégica que ocupamos. No extremo Sul de Minas, fazemos divisa com 22 cidades do Estado de São Paulo e 3 do Rio de Janeiro. Não que haja uma incidência criminal permanente, duradoura, no Sul de Minas, mas, com uma grande periodicidade, somos alvos de ataques significativos de infratores paulistas. Do Rio de Janeiro, nem tanto, porque não fazemos divisa com grandes centros urbanos, mas com Municípios da Serra da Mantiqueira. Logo, a incidência de infratores cariocas no Estado de Minas é menor, enquanto a de paulistas é recorrente. Ainda ontem, em Jacutinga, frustramos um assalto a banco, em que policiais militares perceberam a movimentação de dois infratores. Em contato com o pessoal de serviço, eles tentaram fazer a abordagem. Eles se evadiram e, na zona rural, houve troca de tiros. Infelizmente, um infrator foi atingido por três disparos e faleceu. O outro foi preso. Isso desencadeou outras operações com mais infratores presos e envolvidos até com falsificação de dinheiro. Temos uma política de

atuação integrada na divisa, um estreitamento com a Polícia Militar de São Paulo, o que tem sido feito de forma sistematizada. No ano passado, no dia 19 de setembro, realizamos um encontro em Poços de Caldas, com a presença do Governador Aécio Neves. Na ocasião, ele disse que estava muito satisfeito em ver uma das duas maiores polícias do país conversando. Para nós também era um absurdo que isso não acontecesse, porque o crime não tem divisa. O criminoso não pensa "sou paulista e não posso fazer nada em Minas" ou "sou mineiro e não posso fazer nada em São Paulo". Pelo contrário, com a atuação em outro Estado cresce a sensação de impunidade, porque as lógicas são diferentes. Temos feito tentativas muito recorrentes com a Polícia Militar de São Paulo. Neste ano, houve um encontro em Caraguatatuba, com a presença do Cel. Renato, Comandante-Geral da PM, e com o Cel. Diniz, então Comandante-Geral da PM de São Paulo. Fazemos operações sistemáticas na divisa e trocamos informações. No ano passado, um infrator tido como membro do PCC foi preso em Poços de Caldas. Ele cometeu uma infração na cidade, foi preso e a suspeição a respeito de sua vida pregressa foi levantada. Em contato com a Polícia Militar de São Paulo, detectamos que ele pertencia ao PCC e que era homicida em São José dos Campos. Já temos tratativas com o Estado do Rio de Janeiro, que tem um Batalhão em Resende e o Comando Intermediário sediado em Volta Redonda. Nessa região serrana, há vários sítios e pousadas. É uma região turística, significativa, e temos acordos de ações conjuntas com o Rio de Janeiro.

O índice de criminalidade é toda incidência criminal multiplicada pela população e dividida por mil.

(*continua a apresentação de transparências.)

Apuramos esse índice de criminalidade em todo registro. É um índice que deve ser avaliado de forma relativa porque, às vezes, a operosidade da polícia faz com que os índices aumentem: apreensão de drogas, apreensão de armas, etc. Mas é bem certo que, quanto menor o índice, melhor a situação. Se temos uma polícia operosa, e os índices são baixos, é um sintoma bem claro de que a nossa sociedade está saudável. O nosso índice de criminalidade, em 2006, na região, foi de 45,29%; em 2007, subiu para 46,64%; em 2008, caiu para 43,58%. A média do Estado de Minas foi de 47%, em 2006, superior ao nosso; em 2007, foi de 48%, superior ao nosso; e, em resposta, em 2008, 48%, também superior ao nosso.

Temos o índice de criminalidade da 6ª Região, da 6ª Risp, do período de janeiro a agosto, comparado com os anos de 2006, 2007, 2008. Em 2007, temos 30,41%; em 2008, caiu para 28,87%; e em 2009, caiu para 27,64%. Temos a expectativa de fechar este ano com um índice de criminalidade menor. A média do Estado é bem maior, toda ela superior a 30%, em 2007, 2008 e 2009. Esse é o Índice de Criminalidade Violenta, que tem uma relatividade menor porque apuramos o ICV por meio da incidência de crimes violentos vezes a população dividida por mil. Aí já é mais significativo porque o crime violento nós listamos como: homicídio, tentativa de homicídio, roubo, extorsão mediante sequestro e estupro. Esse aqui, sim, quanto menor, Código do documento: 762644

melhor mesmo, porque é incidência de crime violento. Em 2006, o nosso foi de 1,42%, ou seja, menos de dois crimes violentos para cada grupo de mil pessoas, durante o ano, no Sul de Minas, que tem uma população de aproximadamente 2 milhões e 400 mil habitantes. Em 2007, caímos para 1,34%, e, em 2008, alcançamos essa marca recorde de 0,98, ou seja, menos de um crime violento para cada grupo de mil pessoas durante o ano. Portanto, a média do Estado, em 2006, foi de 4,70%; em 2007, 4,33%; em 2008, 3,52%. Hoje, em Belo Horizonte, o Índice de Criminalidade Violenta deve estar em torno de 10. Portanto, é significativa a nossa performance.

De janeiro a agosto, em 2007, foi 0,85%; em 2008, 0,72%; e em 2009, 0,57%. Portanto, nossa perspectiva é baixar mais do que 0,98%. Faço uma observação com relação a isso. Poderíamos nos dar por satisfeitos com índices absolutamente baixos. Menos de um crime violento por cada grupo de mil pessoas, num ano, é algo extremamente significativo. Nenhuma região do Estado conseguiu isso. Mas costumo dizer, e comungo com a mesma idéia do Dr. Sadi, de que nós é que sabemos a qualidade de vida que queremos ter. Então, 0,98% ainda é muito para nós. Queremos diminuir esse índice e essa incidência criminal mais ainda, fazendo com que isso transmita sensação de segurança ao cidadão.

Os nossos crimes violentos contra o patrimônio são os que mais nos preocupam em razão de sua quantidade. Tivemos, em 2006, a incidência de 0,76% até 1,13%. A média do Estado foi de 3,96%, caindo

para 2,94%, em 2008, enquanto tivemos 0,76% nos crimes violentos contra o patrimônio.

Os crimes violentos contra o patrimônio de janeiro a agosto. Caímos para 0,46%, enquanto a média do Estado está em 1,77%. Nossa tendência é conseguir um resultado ainda menor neste ano.

Agora, aqui está o nosso grande problema, o que realmente nos preocupa: a incidência de homicídios. O índice de homicídios é aproximadamente de 0,066% para uma quantidade de homicídios, em 2006, de 148. Em 2007, caiu para 139; em 2008, houve um crescimento de 147. Comparado com o Estado, o nosso número de homicídios ainda é muito baixo. Temos os índices do Estado: 0,19%, 0,18%, 0,17%. Ainda não chegamos a essa casa decimal pois estamos no 0,064. Mas, em números absolutos, isso muito nos preocupa porque a vida é o bem maior. Uma pessoa que morre, para sua família, é 100%, e isso não pode ser tratado como um mero índice.

De janeiro a agosto de 2007 a 2009. Em 2007 era de 0,037%; em 2008, 0,038; em 2009, 0,039%. Em números absolutos, tínhamos 83 homicídios, e 86 em 2008. Em 2009, já estamos com 90 homicídios.

Armas de fogo apreendidas. A nossa atuação é bastante significativa. Temos um número grande de armas apreendidas. Diga-se de passagem, a primeira região, em Belo Horizonte, Dr. Sadi, não conseguiu cumprir a sua meta nesse primeiro semestre porque apreenderam menos armas. Tínhamos um saldo de armas apreendidas que daria para suprir a deficiência da região metropolitana.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 25**

As operações realizadas são em número extremamente significativo. Aqui, em 2009, 98 mil operações. Isso pode causar alguma estranheza porque o nosso conceito de operação, às vezes, é diferente do senso popular. Operação é toda aquela ação coordenada, planejada, feita, por mais de dois militares. Esse conceito está sofrendo uma mudança para que tornemos nossas operações mais efetivas, criteriosas e racionais, a fim de que deixem de ser simplesmente um número a ser registrado, mas algo que traga, realmente, resultado.

Faltou, aqui, uma tela sobre homicídios. Passe mas rápido à frente para verificar se ela está fora de ordem. Não, não está, pode voltar.

Queria falar sobre os homicídios porque aquela incidência, ali, de 90 homicídios até o atual mês de agosto, na região, é um dado interessante. Vejam que o Dr. Sadi noticiou três homicídios em Pouso Alegre, em Campo Belo, tivemos o oitavo do ano, não é doutor? (- Fala fora do microfone.) Já vai para dez, portanto é o oitavo homicídio, porém com dez vítimas. Temos Alfenas, com cinco homicídios; Poços de Caldas com três; Varginha, com quatro, e o restante todo pulverizado: um, em Areado; outro, em Carmo de Minas; outro, em Conceição do Rio Verde. É impossível ou muito difícil fazer uma intervenção estratégica quando a incidência criminal é muito pulverizada. Como faremos a prevenção da ocorrência de um homicídio, em Areado, praticado com canivete, na zona rural. É uma situação complicada. É diferente dos grandes centros urbanos, onde há disputa no tráfico,

Código do documento: 762644

guerra de gangues, o que é mais significativo. Mas, o nosso problema em nossas grandes cidades, temos como atacá-los, mas essa pulverização da incidência criminal é muito complicada. Há que se falar que temos, ali, o índice de 0,039 crimes por cada grupo de mil pessoas. Se calcularmos esse índice por 100 mil, e a meta do Estado é que tenhamos três homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas, até 2020, no Sul de Minas, contribuiremos muito para essa cifra porque os nossos índices são absolutamente baixos.

Os nossos objetivos estratégicos são buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais, com a ampliação das patrulhas rurais. Temos uma dotação logística significativa, com viaturas quatro por quatro, que nos têm permitido isso.

É importante reduzir o medo de vitimização da população. Apesar de a incidência criminal ser baixa, o medo da população ainda existe, e é difícil mudá-lo. O sujeito assiste ao "Jornal Nacional" e vê aquela incidência criminal no País como um todo, e não adianta falar que no Sul de Minas a situação é tranquila, é menos de um crime violento para cada grupo de 100 pessoas por ano. Ele não entende isso. Pacificar as comunidades de risco por meio de programas de prevenção. Aqui, em Pouso Alegre, temos um programa extremamente exitoso e premiado, o Meninos do Mandu, que trabalha com crianças em áreas de risco. Integrar e melhorar a qualificação da ação policial, com a instalação e a consolidação das Acips e Aisps. Fortalecer as ações de inteligência. Temos investido nos nossos sistemas de inteligência, aprimorando o nosso quadro policial. Hoje não se

consegue mais um comandante de batalhão que não disponha de informações qualificadas para as suas ações estratégicas. Fortalecer as ações da Corregedoria e criar patrulhas de controle de qualidade. Sabemos que a polícia tem as suas mazelas. Temos, hoje, um efetivo de 4 mil homens e mulheres, com desvios de conduta, o que não escondemos de ninguém. Não há intenção de varrer nada para debaixo do tapete. É preciso uma ação de Corregedoria séria porque a implicação de incidência criminal, redução de incidência criminal, sentimento de impunidade têm muito a ver com a ação de Corregedoria das instituições policiais. As instituições policiais que não passam a mão na cabeça dos seus servidores têm a possibilidade de prestar um serviço de maior qualidade à população.

Quanto ao deslocamento rotineiro de guarnições, a nossa articulação ainda carece de alguns acertos. A Polícia Militar tem maior capilaridade, estamos em todos os Municípios do Estado e em alguns distritos. E a Polícia Civil ainda tem alguma dificuldade de articulação. Não há Delegados em todos os locais.

Voltarei ao quadro que havia sumido, o quadro saiu da ordem. Temos 96 homicídios consumados em 2009. Nossa meta é de 138, então temos um saldo de 45 homicídios. Queiram entender-me pois isso parece até piada macabra: dizer que ainda podem morrer mais 45. Não é isso. Tomara que não aconteça nenhuma incidência criminal. Mas a estatística é uma ciência muito cruel porque, estudando o registro histórico, isso nos dá uma perspectiva muito próxima da realidade. Acreditamos que devemos margear esses 138, um pouquinho abaixo ou um

pouquinho acima. Mas chegaremos lá, infelizmente. Tivemos uma incidência de homicídios consumados, na região, maior no mês de março: foram 16. E a menor incidência foi em abril e maio, respectivamente 6 e 9, corroborando aquela teoria de que, nos meses frios, a incidência criminal violenta é menor, embora isso careça de comprovação científica. (- Fala fora do microfone.)

O Sr... - Poderia ser feita uma relação dos homicídios com o tráfico de drogas, ou não há esse estudo?

O Cel. Márcio Martins Santana - Há. Não diria nesse quantitativo. Mas temos o testemunho de Campo Belo, onde praticamente 100% da incidência criminal e dos homicídios são correlacionados com a droga. O homicídio típico de lá tem sua vítima jovem e envolvida com drogas. O tipo de execução é a arma de fogo, com tiro na cabeça, tiro no peito. É bem evidente essa ligação.

Grande parte desses homicídios, principalmente na área rural, é de ordem passional e foram cometidos com arma branca, canivete, faca, enxada, machado. Aqui, vemos o traço do tráfico de drogas em Pouso Alegre, Alfenas, Campo Belo e Varginha.

Temos essas estratégias de desarmamento. Sabemos que isso corrobora para diminuir a incidência criminal, violenta, em particular o homicídio. Aqui, o mapeamento das zonas em que há criminalidade, o policiamento e as operações ostensivas pontuais. Nossas estratégias: especificação e difusão do "portfolio" de serviços por meio do nosso portal corporativo - a 6ª Região desenvolveu um portal corporativo junto à Universidade Federal de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 29**

Lavras -; Grupo Especial Para a Atuação Em Áreas de Risco - Gepar -, aqui em Pouso Alegre, temos o Bairro São Geraldo; qualificação profissional; educação continuada; aprimoramento das análises de inteligência; aprimoramento da disciplina tática; Operação Divisa Integrada, com as Polícias Militares do Rio e de São Paulo; envolvimento de frações especializadas no cumprimento de metas; - aqui, aquela ocorrência de Campo Belo, onde a atuação preventiva conseguiu evitar mais um homicídio e o infrator foi preso -; manter a redução criminal violenta; estruturação das nossas Aisps nesse modelo de gestão integrada; intensificar as ações integradas de combate ao tráfico; intensificar a aproximação com lideranças comunitárias - não se concebe mais fazer polícia divorciada da sociedade -; promover a doutrina comunitária e direitos humanos; consolidar os resultados obtidos nos projetos sociais; planejar e executar operações integradas na divisa do Estado com a Polícia Civil; fortalecer e consolidar os projetos de prevenção ativa - hoje, no Sul de Minas, aproximadamente 300 mil crianças já passaram pelo Proerd. O Sul de Minas é responsável por mais de 20% das crianças que passaram pelo Proerd no Estado de Minas Gerais. O Proerd é muito bem estruturado e recepcionado pela nossa comunidade.

Índice de criminalidade violenta na 6ª Região, de janeiro a agosto de 2009, "ranking" criminal com população até 5 mil habitantes. Infelizmente, Deputado, Santa Rita do Sapucaí lidera os crimes violentos na 6ª Região, com o índice de 2,33%. Na vice-liderança, temos Alfenas, com 1,55%; no 3º lugar, Campo Belo, com

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 30**

1,24%; no 4º, Três Corações, com 1,02%; no 5º, São Gonçalo do Sapucaí, com 0,99%. Essa lista vai até o 30º lugar, em que se encontra o Município de Três Pontas, com 0,58%. Então, a nossa incidência criminal é relativamente baixa, mas alguns Municípios inspiram preocupação e estão puxando os nossos índices para cima. Salvo engano, Pouso Alegre não está nem entre as 30 cidades mais violentas do Sul de Minas. Seguramente hoje, o índice criminal de Pouso Alegre é menor que 0,58%. Isso, com base em análises de janeiro a agosto de 2009.

Dou por encerrada as minhas palavras e peço perdão por ter sido repetitivo em algumas coisas. Acho que o debate enriquecerá a nossa reunião. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradecemos ao Cel. Santana. Com a palavra, o Prefeito Agnaldo Perugini.

O Prefeito Agnaldo Perugini - Na pessoa do Deputado João Leite, DD. Presidente da Comissão, saúdo todas os representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, os Secretários, as autoridades militares, a Polícia Civil, Vereadores e demais presentes. É com alegria que recebemos todos vocês. Parabenizamos os representantes da Assembleia Legislativa, em especial os representantes da Comissão de Segurança que estão visitando as diversas regiões do nosso Estado, conhecendo a realidade de cada local, buscando parcerias para solucionar as questões de segurança pública. A presença dos Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Ruy Muniz e da Deputada Maria Tereza Lara é realmente fundamental.

Queremos ressaltar a importância de tudo o que acabamos de ouvir sobre os investimentos nas estruturas policiais e de repressão ao crime organizado.

Como já foi falado aqui, no último ano, conseguimos derrubar substancialmente o índice de criminalidade em Pouso Alegre. Hoje, graças ao trabalho sério e eficiente da Polícia Militar, sob o comando do Cel. Dimas, e da Polícia Civil, sob o comando do Dr. Carlos Eduardo, o Município está entre as cidades menos violentas do Estado. O Presidente Lula tem construído um legado muito importante ao mostrar que se combate violência com cidadania. Acreditamos firmemente nisso. Estamos certos de que os estudos feitos pela ONU e pelas organizações não governamentais de todo o mundo comprovam que a violência urbana é o resultado também das injustiças sociais e da má distribuição de renda. Esses mesmos estudos demonstram a eficácia de ações simples de cidadania e de inclusão social no combate à violência. Essa também é nossa proposta, Deputado, ou seja, a concretização de um casamento, que sempre deveria ter existido, entre segurança e cidadania. Não é à toa que os bairros mais violentos em qualquer cidade normalmente são também os mais pobres, sem estrutura urbana, mal-iluminados e sem áreas de lazer.

Deputado João Leite, confessamos que, ao longo das sucessivas administrações no nosso Município, contraímos uma enorme dívida social e precisamos de uma ação efetiva de inclusão social no combate à violência e ações de cidadania. O caminho que ainda temos a percorrer é bastante longo. Por isso, esta audiência é um incentivo

para que possamos trabalhar. Já estamos promovendo, Deputado, um grande trabalho na área da educação municipal, que está contribuindo para que a nossa cidade seja referência não só no combate ao crime organizado, mas também em projetos de fuga da marginalidade e de proposição de uma nova sociedade. Temos apenas nove meses de governo, mas hoje, com o Programa Mais Tempo, Mais Escola, as nossas crianças podem ficar mais tempo nas escolas e nas creches - acreditamos que isso ajuda a combater a violência -; com o Programa Resgate, da Fundação Pró-Menor em parceria com o Poder Judiciário, já estamos atendendo, de maneira mais digna, os jovens que estão em conflito com a lei, dando-lhes possibilidades reais de serem reintegrados à sociedade. O que diz respeito aos investimentos nas estruturas policiais, Deputado João Leite, Pouso Alegre tem muito a comemorar. A Apac tem feito um trabalho maravilhoso na recuperação de prisioneiros - o Deputado Dalmo Ribeiro Silva conhece esse trabalho. Com o apoio da Promotoria e do Poder Judiciário, estamos terminando uma ação do Município para construir a entrada do presídio para que os presidiários tenham um lugar melhor, mais digno e mais humano para cumprir sua pena. É uma obra do governo do Estado com a participação do Município, e já está bastante adiantada. Ela é muito importante para a nossa cidade e trará mais dignidade para aqueles que estão cumprindo essas penas.

Nesses últimos dias, ficamos sabendo que estamos nos tornando a 18ª Região Integrada de Segurança Pública. Com essa vitória, nossa cidade torna-se referência nas ações e no

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 33**

gerenciamento de segurança pública de todo o Sul de Minas. A decisão foi tomada ontem pelo Colegiado e pelos órgãos de defesa social do nosso Estado. Nossa gratidão aos Deputados, ao Governador e ao Vice-Governador, que nos recebeu pessoalmente, que têm seus gabinetes abertos para atender as nossas necessidades.

Caríssimos membros desta audiência pública, temos a certeza de que vitória definitiva contra a criminalidade passa pelo resgate da cidadania, sobretudo da cidadania da juventude. Nessa batalha, temos consciência de que, se não envolvermos a sociedade e os pais, se eles não estiverem convencidos de que devem construir uma parceria conosco, certamente teremos muito mais dificuldade de vencer a guerra contra a violência. Há muito tempo, Deputado, aprendi que só resolveremos grande parte dos problemas do nosso país à medida que se aumentar a oferta de oportunidades para todas as pessoas, principalmente para aquelas que nada têm. Quando milhões de jovens perceberem que haverá oportunidade de seguirem outro caminho, certamente ganharemos muito mais. Nosso caminho de governo, Deputado, está apenas começando. Mas de mil léguas começam com alguns primeiros passos; ainda não chegamos a um porto seguro, mas estamos a caminho.

Agradecemos a presença de todos os representantes da sociedade civil, de todas as autoridades e demais presentes. Com certeza, esta audiência impulsionará a nossa região a ser cada vez mais. Muito obrigado. (- Palmas.) Deputado, peço licença para me retirar daqui a pouco, pois tenho uma audiência lá no gabinete.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Prefeito. Com a palavra, o Sr. André Luiz Ferreira Sales, Presidente do Consep de Andradas.

André Luiz Ferreira Sales - Boa-tarde a todos. Na pessoa do Deputado João Leite, Presidente desta Comissão, cumprimento as demais autoridades. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa por esta iniciativa, porque foi com um evento como este - o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é testemunha - que Andradas conseguiu a concessão de uma cadeia pública. Antes, na cadeia pública de Andradas, os detentos viviam em condições subumanas. Por meio do Consep e da administração passada, conseguimos realizar a audiência e, com ela, a concessão da cadeia pública, que hoje é modelo na região.

Como Presidente do Consep, consegui mobilizar a população e construir, na cadeia pública, duas salas de aula com capacidade para 30 alunos cada.

Nossa preocupação, Sr. Deputado, senhoras e senhores, autoridades, diz respeito ao que vem acontecendo na nossa região. Infelizmente, o crime chegou nas cidades do interior. Se isso não bastasse, agora o crime está chegando na zona rural, atingindo os produtores rurais, os agricultores. Acredito que essa é uma preocupação de todos os municípios.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Andradas - CMDRS -, levantou essa bandeira. Tive a oportunidade de entregar em vossas mãos um pedido para que seja realizada audiência pública também em Andradas, para tentarmos solucionar esse problema que vem se agravando e preocupando a comunidade da zona rural.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 35**

Andradas possui cerca de 1.300km de estradas rurais, isso aumenta nossa preocupação. Temos a patrulha rural da Polícia Militar, com duas viaturas para cobrir toda essa área, o que é muito pouco. Fica aqui o pedido, em nome do CMDRS de Andradas, para que as autoridades tomem providências. Somos testemunhas dos esforços das Polícias Militar e Civil no combate ao crime. Ressalto que a integração das polícias é de fundamental importância para a população, e temos notado, em Andradas, que o trabalho entre as Polícias Militar e Civil dispensa comentários. Temos de enaltecer e valorizar esses homens. Embora poucos em número, são grandes no trabalho que desenvolvem. Mas ainda falta mais, a população necessita de mais segurança. Vivemos em um município limítrofe com o Estado de São Paulo. Estamos a 7km da divisa com São Paulo. O delinquente comete crime em São Paulo, corre para Minas e cai em Andradas. Pedimos, por meio desta audiência, que olhem com mais carinho para nós. Foi criado o Cinturão da Segurança, como citado aqui, com logística muito boa, com armamentos, veículos, mas falta o material humano. Infelizmente, faltam mais homens para trabalhar. Vemos que o policial trabalha 24 horas, 48 horas, entregando-se, deixando sua família para proteger a família dos outros. É um trabalho árduo, entendemos isso. Sabemos que é um trabalho realizado com muito afinho. Temos de valorizar e reconhecer que Minas Gerais possui a melhor e maior corporação militar do Brasil. Todos sabem disso.

Deixo esse apelo para que olhem com mais carinho para o interior, principalmente para o Sul de Minas, para as cidades que

fazem fronteira com o Estado de São Paulo. Mais uma vez, agradeço e parablenizo a Assembleia Legislativa por realizar este evento, fazendo com que V. Exas., que foram eleitos pelo povo, cheguem mais próximo do povo com estas audiências públicas. Muito obrigado a todos. (- Palmas.).

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Nós é que agradecemos o Sr. André Luiz Ferreira Sales, Presidente do Consep de Andradas. Passo a palavra ao Dr. Rafael Bobra Arakak, Delegado da Polícia Federal em Varginha.

O Delegado Rafael Bobra Arakak - Boa-tarde, Deputado João Leite. Agradeço o convite feito ao Departamento de Polícia Federal para participar desta audiência pública. Serei breve, considerando a dimensão do tamanho das Polícias Civil, Militar e da nossa atuação na Delegacia de Polícia Federal em Varginha. Somos 45 policiais responsáveis por uma circunscrição de 137 Municípios.

Nossas atribuições são diferentes da Polícia Civil. Somos polícia judiciária também, mas não temos essa vocação preventiva, atuamos repressivamente. Somos sensíveis aos problemas que o Estado apresenta referente ao tráfico de drogas, principalmente no Sul de Minas, que possui uma rede rodoviária gigante para ser vigiada. Uma das balizas da nova política de segurança pública reside na integração entre as polícias. Agradeço as Polícias Civil e Militar do Estado de Minas, pois não seria possível trabalharmos sem eles. Se participei de 10 operações no Estado, em qualquer local, seja no Norte, em Montes Claros, seja no Triângulo, em Uberlândia, Uberaba ou

Código do documento: 762644

em Juiz de Fora, não consigo citar nenhuma em que não houvesse a participação da Polícia Civil ou da Polícia Militar prestando-nos auxílio. Agradeço os colegas das instituições do Estado. Agradeço a Polícia Civil, porque não temos condição de cumprir as nossas oitivas. Nós nos valem, por meio de carta precatória, das instalações de vocês. Agradeço aos irmãos do Estado. Muito obrigado.
(- Palmas.)

O Sr. Presidente - Agradecemos a presença do Dr. Rafael, representante da Polícia Federal. Passo a palavra ao Marcos Tadeu, Vereador de Jacutinga, inscrito para se manifestar. Há um microfone aí, a Daniela vai nos ajudar.

O Vereador Marcos Tadeu - Boa-tarde a todos. Meu agradecimento especial ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, a nosso pedido, de Jacutinga, tentou realizar uma audiência pública, mas, na oportunidade, não foi possível devido às atribuições de cada um. Voltamos a solicitar junto ao Deputado e ao Deputado Federal Miguel Martini que conseguisse uma audiência pública, pois havia necessidade de conversarmos com as autoridades para passarmos as nossas preocupações, aquilo que nós, do Sul de Minas, sentimos.

Falarei especificamente sobre a minha cidade. Sou Vereador e Presidente de Honra do Consep de Jacutinga, pois fui o primeiro Presidente daquele órgão. Participei da fundação do Consep em 2002. Nossa preocupação, Deputados e autoridades, é que Jacutinga está na divisa com o Estado de São Paulo, o que nos traz insegurança total. No que tange à Polícia Militar, temos conversado bastante com o
Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 38**

Comandante, que tenta nos tranquilizar dizendo que a Polícia Militar está cumprindo seu papel. Com certeza absoluta, está. Mas sentimos que há necessidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar e melhorar seu armamento. Para vocês terem uma ideia, ano passado, no período de junho até agosto, houve 63 roubos de automóveis. Para Jacutinga, uma cidade de 22 mil habitantes, é um índice muito grande. Na época, conversamos com o Comandante da Polícia que nos disse que o problema não está na Polícia Militar, mas na Polícia Civil de Jacutinga, que é carente, não tem efetivo suficiente para fazer uma investigação profunda. A Delegacia de Jacutinga conta com um Delegado e um Detetive. A Prefeitura cedeu o prédio e oito funcionários para auxiliar no trabalho da Polícia Civil.

Estamos com muitos problemas, precisamos que as autoridades olhem para nossa cidade, para esta região, porque Jacutinga é uma cidade rica com o trabalho das malharias. Isso tem atraído muita gente, não só para Jacutinga, mas também para Monte Sião, que é vizinha. Solicitamos que as autoridades atentem para esses fatos, porque há muitos crimes ocorrendo em Jacutinga. Ontem, o Cel. Santana relatou que houve o desbaratamento de uma quadrilha por falsificação de dinheiro e envolvimento com drogas. Na sexta-feira, houve a apreensão de mais de 80 papелotes de cocaína em um bairro novo. No sábado, a Polícia Militar voltou ao local e conseguiu prender mais pessoas. Estamos com muitos problemas em Jacutinga. Há poucos dias, um taxista foi assassinado. Também uma senhora foi assassinada, e até agora não tivemos resposta, não sabemos quem foi que matou essas

peças. Estamos com muitos problemas. Precisamos que as autoridades nos auxiliem bastante.

Existe uma linha de ônibus circular entre Jacutinga e Tapira, que faz esse trajeto quatro ou cinco vezes ao dia. Não temos uma policial militar feminina que possa fazer a revista nas pessoas que transitam por essa região. Não sei se todos sabem, mas, em Tapira, há um índice de criminalidade absurdo, assim como nas cidades de São Paulo, que são nossas vizinhas. São Paulo tem um aparato policial que consegue expulsar os criminosos de lá, jogando-os para a nossa região. Gostaria que as autoridades nos auxiliassem para que tenhamos um efetivo policial voltado para o trabalho de inteligência em nossa cidade, na nossa região, porque as quadrilhas estão agindo bastante aqui. Recebemos informação em "off", porque não temos condição de fiscalizar se o PCC desenvolve alguma movimentação em nossa região. Falta, para as Polícias Civil e Militar, um trabalho de inteligência para dismantelar essas quadrilhas que lá se encontram. Era o que queria solicitar aos senhores. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Agradecemos o Vereador Marcos Tadeu, de Jacutinga. Passo a palavra ao Inspetor Emilson Loures da Silva, Chefe da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Agradeço muito a presença do senhor.

O Inspetor Emilson Loures da Silva - Na pessoa do DD. Deputado João Leite, cumprimento todos os componentes da Mesa. Estou representando o Superintendente, Inspetor Waltair, de Belo Horizonte, que não pôde comparecer a esta audiência.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 40**

A Polícia Rodoviária Federal também está engajada no combate ao crime. Para falar sobre essa situação, tenho de falar sobre nosso efetivo, nossa colocação no Sul de Minas. Trabalhamos na 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, sediada em Pouso Alegre, com escritório no centro da cidade. Temos três postos avançados na Fernão Dias, principal rodovia federal que corta o Sul de Minas. Há um posto em Itapeva, outro em Pouso Alegre e o terceiro em Três Corações. Nossa circunscrição na Fernão Dias compreende 220km. Também cuidamos da Rodovia 459, do Município de Ipuiúna, Minas Gerais, até Piquete, São Paulo, sendo que a Polícia Rodoviária Federal de Cachoeira Paulista nos auxilia no trecho de Itajubá a Piquete, porque fica inviável sairmos do nosso posto de Pouso Alegre para atender a uma ocorrência lá, pois a distância é muito grande, e eles estão próximos, a apenas 8km do setor. Nosso efetivo é pequeno, temos o mesmo problema das Polícias Civil e Militar. Temos 36 policiais ao todo para cuidar de 330km de rodovias. Faço minhas as palavras do Delegado da Polícia Federal, pois sem as Polícias Militar e Civil não conseguiríamos desenvolver um bom trabalho, porque a demanda é muito grande. A Fernão Dias é um corredor. Para se ter uma ideia, pela medição da concessionária, passa pelo nosso trecho, em média, 20 mil veículos por dia. Por causa do nosso efetivo, fica inviável cuidar de tudo, mas, com o auxílio das Polícias Militar e Civil, estamos desenvolvendo um bom trabalho.

Temos um programa com a Polícia Civil, em que todo mês são realizadas duas operações integradas. Geralmente estamos coordenados

para fazer isso na divisa com São Paulo. Nesse ponto, a Polícia Civil nos auxilia bastante. Devido ao aumento da criminalidade e à Rodovia Fernão Dias ser um corredor, passam por lá diversos criminosos, drogas, contrabando. Apesar de o nosso contingente ser pequeno, montamos uma equipe tática que, em pouco tempo, nos deu uma resposta satisfatória. Mas, infelizmente, esbarramos no problema das horas, porque um policial teria de trabalhar em suas horas de folga ou em um deslocamento.

Isso é complicado, mas estamos dando uma resposta muito significativa.

A Polícia Rodoviária Federal sabe de todos os problemas existentes. Estamos conscientes deles. Buscamos fazer um trabalho de recuperação semanalmente. Dois policiais já formam uma operação. Temos um projeto. O nosso Inspetor Operacional, que cuida da operação, traça esse comando semanalmente por intermédio dos três postos, principalmente do posto de Pouso Alegre, que tem um efetivo maior. Infelizmente, esbarramos muito em acidentes, e a bebida é um fator complicador. É um comando de criminalidade, que é repassado semanalmente. Essas informações são repassadas para a nossa Superintendência em Belo Horizonte, onde é feito um catálogo de tudo.

Temos o setor de inteligência, em Belo Horizonte, na 4ª Superintendência, que nos repassa as informações. A Polícia Civil e a Polícia Militar nos passam informações. Quando demandam uma coisa maior, eles nos auxiliam com viaturas porque não conseguimos fazer nada sozinhos. O setor de policiamento, em Belo Horizonte, também nos

auxilia. Temos um grupo de operações especiais, que é o Núcleo de Operações Especiais - NOE. Fazemos esse trabalho de combate ao crime. Sabemos que a luta é árdua, mas não desistimos dela. Fazemos divisa nas duas rodovias federais para São Paulo. Já foi exaustivamente dito aqui que a demanda do crime de São Paulo é grande demais, que as quadrilhas vêm para o Sul de Minas e há um enfrentamento direto. Tentamos acertar, fazendo um combate ferrenho a essas quadrilhas.

Temos um programa com a Polícia Civil e com a Polícia Militar, que nos apoiam. Fazemos um trabalho de combate ao crime. Temos um escritório no centro de Pouso Alegre, na Rua Cel. Joaquim Roberto Duarte. Estamos à disposição. Era o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado ao Sr. Emilson Loures da Silva, Chefe da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

Com a palavra, Luciano de Melo Ferreira, assessor parlamentar do Deputado Federal Miguel Martini, que falará sobre Jacutinga.

O Sr. Luciano de Melo Ferreira - Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, já meu amigo, convivo com seu irmão, o Vanderlei, com quem trabalho; a Deputada Maria Tereza, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia, com quem tudo começou, pois procurei a Deputada por intermédio da Janaína, minha colega de trabalho com o Deputado Miguel Martini; o Deputado Dalmo, que trabalha muito na nossa região do Sul de Minas; as demais autoridades

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 43**

da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. O Deputado João Leite levou-me à procura da Deputada Maria Tereza, pois não estava no seu gabinete naquela terça-feira, mas numa reunião da Comissão de Segurança Pública da Assembléia. Fui ao gabinete da Deputada, esperando a Janaína.

A manchete do jornal "Super Notícias" era a foto de um amigo nosso, de 75 anos de idade, o Sr. Gino, que teve seu carro roubado no domingo, por volta de 13 horas. Ele foi assassinado na cidade de Tapira, por dois travestis que o procuraram para fazer uma viagem. O carro foi abandonado em Andradas. Eu já havia falado com alguns colegas Vereadores e com alguns colegas policiais militares que procuraria a Comissão de Segurança Pública da Assembléia, com a autorização do Deputado Miguel Martini, pedindo que olhe por nossa região. Tenho um dado importante que mostra Jacutinga hoje, no Estado de Minas Gerais, entre os 853 Municípios, como a décima cidade em consumo de energia elétrica. Ou seja, geramos uma boa renda para o Estado só considerando a energia elétrica, sem falar nos impostos.

Temos a MG-290 totalmente aberta e escancarada. Os policiais militares e civis presentes sabem muito bem do que estou falando. Na divisa do Estado, no Distrito de Sapucaí, passam toneladas de drogas todo mês. Queiram ou não acreditar, temos certeza de que o PCC está operando na região, segundo informações da própria Polícia. Os policiais militares de Jacutinga são heróis pela maneira que trabalham com viaturas sucateadas. Estivemos com o Comandante Sales, em Belo Horizonte, acompanhados pelo Deputado Dalmo Ribeiro,

cobrando um número maior de policiais militares. Jacutinga opera com 16 ou com 17 policiais militares. A cidade tem 22 mil habitantes, mas o fluxo de turistas é muito grande nos finais de semana. Há pouco tempo, a cidade ainda tinha uma viatura veraneio que nem tinha banco para sentar. Falei com o Comandante, em Belo Horizonte que, se o Prof. Anastasia estivesse em Jacutinga e visse aquela viatura, passaria vergonha devido a sua precariedade. Os policiais são verdadeiros heróis. O Estado tem que arregaçar as mangas e investir na segurança pública da região. Faço esse apelo ao Sr. Presidente e aos demais membros da Comissão. No local onde era um posto fiscal no Distrito de Sapucaí, que é divisa, cabe perfeitamente um posto de policiamento rodoviário.

Agora, com o ProAcesso, estão sendo feitas as obras de asfalto de Jacutinga-Betina. Será mais um corredor para o tráfico de drogas para o Espírito Santo e para Pinhal, em São Paulo. Infelizmente, o progresso traz esses problemas. E Jacutinga, como o Vereador Marcos Tadeu já disse, por ser uma cidade de alto poder aquisitivo, é muito visada. A Polícia Militar ontem fez uma operação em Jacutinga digna de toda honra, desmantelando uma quadrilha formada por pessoas de Jacutinga. A Delegacia da Polícia Civil está instalada num prédio pequeno, onde não dá para fazer nada. Peço que o Estado olhe esse tipo de coisa e dê suporte para as autoridades trabalharem. Peço que olhem para a MG-290, que é um corredor para o tráfico de drogas. Muito obrigado.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 45**

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Luciano. Estamos anotando todas as questões apresentadas. O Deputado Dalmo já apresentou dois requerimentos, um deles feito a partir das sugestões do Vereador e do Luciano. A Deputada Maria Tereza Lara também tem um requerimento a apresentar.

Com a palavra, o Prof. Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas. Além de Subsecretario Antidrogas, ocupa a Presidência da Fundação Caio Martins. Ele trabalha muito e teve atenção de vir a esta audiência. Agradeço-o pela presença e por sua constante contribuição.

O Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado João Leite. Agradeço a esta Comissão pelo convite e pela oportunidade. Minhas saudações ao Deputado Dalmo, grande companheiro e amigo na Assembléia Legislativa, e à Deputada Maria Tereza, parlamentar combativa no campo das políticas de direitos humanos, cidadania e educação. Esse tipo de audiência nos une à gloriosa Polícia Militar de Minas, que é a melhor Polícia Militar do Brasil. Em todos os espaços em que vamos, o conceito de cidadania da nossa Polícia Militar é muito significativo.

O Comandante falava do Proerd, programa pelo qual já passaram mais de 1.100.000 crianças do Estado. É o maior programa de prevenção da história de Minas Gerais. Não há outra dinâmica de abordagem escolar tão significativa no Brasil inteiro quanto o Proerd, além das iniciativas da Polícia Civil e de outras áreas. Saúdo a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, pela sua

atuação na repressão, pois é uma "expertise" no que se refere ao grande tráfico.

É importante discutirmos a segurança pública. Fico feliz pela Comissão de Segurança Pública da Assembléia nos convidar para fazer parte dessas audiências públicas. Começo a verificar alguns números que já mostram uma incidência que nos preocupa. O uso de entorpecentes é um grande aditivo às questões da incidência criminal. Não há como negar essa situação. O enfrentamento e a oferta de melhores atividades no campo da prevenção do tratamento podem, sim, fortalecer as estratégias de repressão. Minas Gerais é o Estado brasileiro que realizou, até agora, o maior número de leilões de bens apreendidos por tráfico de drogas em todo o Brasil, organizados pelo próprio Estado. Foram bens apreendidos em operações da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Federal: aeronaves, carros e outros. Isso significa um golpe na estrutura do crime organizado. Sendo essa região um corredor em razão da malha rodoviária, deve haver uma atuação muito importante do ponto de vista pedagógico e da repressão.

Outras ações começam a ser discutidas. É muito importante falarmos sobretudo do investimento feito nos adolescentes. Uma pesquisa da Secretaria de Defesa Social nos mostra que hoje há cerca de 51% de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na lógica de privação, de internação, que adentraram ao sistema por crime de porte ou de tráfico de drogas. Um percentual de 1% está em sistema de privação por crime de homicídio. Dizíamos que os motivos eram passionais, que o adolescente estava em gangues, mas, não, isso

acontece em razão do tráfico de drogas e do aliciamento cada vez mais precoce desses adolescentes.

O advento do uso do "crack", infelizmente, tem penetrado até mesmo nas situações rurais, corroborando com as falas do Consep. Antes tínhamos o plantador de cana, o sujeito na lavoura, utilizando o álcool em exagero. Havia uma necessidade de intervenção para conter o uso do álcool. Hoje, temos o "crack" também na zona rural num potencial muito significativo. Estamos falando de uma substância que demora 10 segundos para ter uma ação cerebral. E, 15 minutos depois, o indivíduo já conseguiu eliminar a ação daquela droga, e o organismo começa a sofrer imediatamente após esse uso, pedindo que seja admitida uma nova quantidade da droga. Há alguns históricos de uso prejudicial de segunda e de terceira tentativa, uma vinculação com essa substância já com um quadro de uso abusivo ou de dependência configurado. É uma droga que, no campo das políticas de segurança, tem mudado as perguntas. E não é mais uma situação apenas dos grandes centros urbanos e das regiões metropolitanas. Por isso há uma ação de repressão mais significativa, com mais qualidade nos grandes centros urbanos, com uma maior estrutura policial e com mais armamentos. Portanto, a estrutura do tráfico é incomodada com a presença ostensiva da polícia, e há uma migração. Nas áreas rurais e nas cidades de menor porte, a estrutura criminosa começa a se instalar, sobretudo por intermédio dos acessos a esses Municípios. E há, também, o problema das fronteiras e dos limites com os outros Estados.

Quero, de maneira concreta, dizer que, motivado por esta Comissão e pelas lideranças da região, temos adotado o procedimento de fazer um levantamento minucioso sobre o número de ocorrências relacionadas ao uso e ao abuso de drogas e sobre a demanda por qualificação das equipes. Temos trabalhado muito estreitamente na capacitação das equipes do Gepar, para intervirem mais acertadamente nas áreas de maior vulnerabilidade. Mas, também, é importante trabalhar as instituições, as equipes da Prefeitura, ou seja, melhorar a oferta de ajuda especializada. Temos que acolher o indivíduo, tratá-lo e reinseri-lo no convívio social e familiar.

Hoje há 17 mil acidentes de trânsito por ano motivados pelo álcool. O álcool e o tabaco, juntos, matam mais no Brasil do que todas as outras drogas reunidas, e têm uma ligação muito estreita com os acidentes de trânsito. Nosso maior problema de saúde pública e de segurança é o uso de entorpecentes e sua estreita relação com a incidência criminal.

Nos espaços rurais, nos crimes em que se utiliza a arma branca, hoje já se nota o uso do álcool pelos indivíduos. Quanto à violência doméstica contra a mulher, em 38% dos casos o álcool aparece como figura positiva na motivação do ilícito. É importante a soma de esforços da nossa equipe da Secretaria, da Polícia Militar, da Polícia civil e das Prefeituras da região, motivadas por esta Comissão para organizarmos uma intervenção estratégica que ofereça novas ações de prevenção, que são muito importantes.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS - a cada real investido em prevenção, economizam-se R\$9,00 ao longo de uma década. Precisamos também de ações de tratamento e de ações que se somem à estrutura da repressão. É muito importante a realização de leilão dos bens dos traficantes, porque dá uma resposta à comunidade de que aquele bem arrecadado na prática do ilícito criminal está sendo retirado da estrutura criminosa pelo poder do Estado, pelo poder da polícia, e que os recursos serão transformados em ação de financiamento para prevenção, para repressão qualificada e outras atividades.

Gostaria de agradecer o convite da Comissão. Tive o prazer de trabalhar com o Deputado João Leite na criação da Secretaria de Esportes e Juventude. O Deputado sempre teve muito apreço por essa área, que é uma área de política pública ainda muito frágil em razão da grande demanda. Quanto a essa questão, o Governador Aécio e o Prof. Anastasia têm demonstrado interesse em vencer, porque a situação pode ser minimizada. É muito fácil, ao visitarmos a cadeia, detectarmos, na conduta, no histórico criminal e na vida daqueles indivíduos, o traço do uso da droga, o traço do uso de substâncias entorpecentes e do álcool, e isso pode e deve ser amenizado. Precisamos saber se já há uma intervenção que permita a reabilitação desse indivíduo. Com os nossos agradecimentos, fica o compromisso de auxiliarmos na construção das alternativas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Secretário Cloves Benevides. A presença do Secretário é sempre uma

possibilidade de termos uma aula sobre questões que todos enfrentamos nas ruas.

Aproveito para solicitar ao Delegado Sady e ao Cel. Santana que reservem um momento para tratarmos dessa questão. Vamos ver a possibilidade de leiloarmos os bens apreendidos pelas nossas polícias, bem como de encaminharmos os jovens dependentes para a recuperação, o que interessa à Promotoria e à Defensoria. Espero que, antes que o Secretário saia, tenhamos uma agenda para fazer esse encaminhamento.

O próximo inscrito é o José Carlos, do Sindicato dos Servidores Públicos.

O Sr. José Carlos - Boa-noite a todos! Agradeço-lhes a oportunidade de poder manifestar-me numa audiência pública. Trabalho na recuperação de jovens - temos a Casa Dia de Pouso Alegre - , estou com 41 anos e lamento que ainda existam leis sobre segurança pública. Criamos leis e ferramentas preventivas e repressivas porque o homem está com medo de si próprio. Precisamos tomar precauções contra o nosso semelhante. Temos que fazer como o Prefeito sugeriu: Voltar às raízes e ver porque precisamos de segurança pública.

Sou funcionário da saúde pública e falo que a questão, por exemplo, do planejamento familiar, no tocante ao caso de uma gravidez não desejada, deixa muito a desejar no Brasil. Não conseguimos laqueaduras para mulheres que já têm três ou quatro filhos e não podem sustentá-los com dignidade. Essas crianças, após nascerem, dependerão de bolsões de pobreza para serem criadas; serão acolhidas

pelos criminosos. Às vezes isso acontece por falta de uma cartela de anticoncepcional no posto de saúde e de uma receita de um médico para aquela mãe obter o medicamento. No entanto o governo nos manda aplicar qualquer vacina sem receita médica. Ao olharmos os efeitos colaterais de uma vacina e de um anticoncepcional, ficamos abismados. Uma única cartela de anticoncepcional pode prevenir, ou seja, pode impedir que, daqui a 15 anos, alguém esteja na miséria ou na marginalidade. Já houve depoimentos de Conselheiros Tutelares falando sobre um garoto de 10 anos que era traficante e assumia sê-lo, mas só iria responder por suas atitudes quando completasse 18 anos. O engraçado é que os adolescentes não podem trabalhar, mas precisam de dinheiro, até para andar na moda. O adolescente tem a autoestima prejudicada quando vê o colega com um tênis que ele não possui. Sabendo que não pode pagar o preço, é levado ao mundo das drogas. A sociedade precisa verificar se a política de segurança pública está surtindo efeito, não no que se refere a fazer leis perfeitas, porque já temos leis. A Lei de Execução Penal, de 1984, fala, no art. 1º, que o seu objetivo foi estabelecer condições harmônicas para ressocializar o indivíduo, seja para cumprir a sua pena com dignidade, seja para ser internado, se for usuário de droga. Aqui, em Pouso Alegre, temos uma cadeia com vaga para 86 presos, mas existem lá dentro mais de 350. Não conheço a penitenciária por dentro, mas o Vereador Fred Coutinho pediu-nos para fazermos uma vaquinha e levarmos colchões para a cadeia. Se pegarmos um cidadão de bem e o colocarmos num lugar desses, uma semana depois, se ele não

enlouquecer, virará bandido, porque lá ninguém se recupera. Vamos ter que construir mais presídios porque 70% dos presos têm problemas com drogas. Será que a lei está sendo usada adequadamente? No ano passado passei por uma experiência chocante: uma moça, totalmente drogada, roubou-me na feira, no domingo. Corri atrás e consegui pegá-la. Ela foi presa mas, quando cheguei a minha casa e coloquei a cabeça no travesseiro, não consegui dormir porque me senti culpado. Ela estava drogada e precisava de uma internação, não de uma cadeia. Com aquele peso na consciência, entrei em contato com a sua família e fiquei sabendo que ela tinha dois filhos, que estavam sendo criados pela mãe. Para me sentir em paz, contratei um advogado para fazer a sua defesa. Ela não usou nenhuma arma; sua arma foi a droga.

Hoje, em Pouso Alegre, temos apenas 30 vagas para internamento de usuários, maneira correta de se tratar um dependente. É muito fácil saber porque o Estado perde na concorrência com o traficante. O traficante fornece o sonho da vida fácil, do dinheiro abundante. Todos temem São Paulo porque lá o crime é chamado de organizado, mas será que a Justiça está organizada? Quando a polícia sobe o morro para combater os bandidos, ela não tem aceitação da sociedade, porque as balas perdidas matam mais do que os bandidos. A população defende o bandido porque, na hora que precisa de um auxílio médico, o bandido paga-o. O PCC surgiu justamente quando violaram os direitos humanos dos presos, basta vermos a situação do Carandiru e de Bangu. Temos de tratar ser humano como ser humano, dando-lhe a possibilidade de retornar à sociedade, o que não é um favor, mas

apenas o cumprimento de uma lei de 1984. Esse é o meu manifesto. Obrigado por me permitirem o desabafo. Agradeço-lhes também a paciência em me ouvir.

O Sr. Presidente - Obrigado, José Carlos. Com muita alegria, registro a presença de José Borges do Couto, o Grapete, ídolo de todos nós e campeão brasileiro pelo Atlético Mineiro. Eu e o Heleno tivemos a oportunidade de jogar com ele no início da nossa carreira. Queremos saudar esse grande atleta brasileiro com uma salva de palmas. (- Palmas.)

Com a palavra a Dra. Tereza Cristina Coutinho, Promotora de Justiça da Comarca de Pouso Alegre.

A Promotora Tereza Cristina Coutinho - Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, inicialmente registro que o Ministério Público de Pouso Alegre, por mim representado, apoia esta Comissão, parabeniza a Assembleia e espera resultados concretos.

Sr. Presidente, Deputado João Leite, coloco o Ministério Público de Pouso Alegre à disposição desta Comissão. Pode V. Exa. estar certo de que não mediremos esforços para contribuirmos com essa causa, que é de todos nós. Entendemos, Deputados, que a política de segurança há de ser do Estado, em todos os seus níveis de governo, com a participação da comunidade. O Ministério Público de Pouso Alegre, considerando as matérias de competência desta Comissão, elegeria alguns pontos relevantes. Na política de segurança pública, entendemos que a segurança não pode e não deve ser entendida só no

âmbito da repressão. Há que se pensar na prevenção. A melhor maneira é o investimento nos projetos de inclusão social com maior enfoque na educação e na estruturação das famílias.

Na política de combate ao crime organizado, o Ministério Público de Pouso Alegre mostra preocupação quanto ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas. No que tange ao roubo de cargas, os inquéritos instaurados têm sido negativos quanto ao esclarecimento da autoria, sendo todos eles arquivados. Na política carcerária, sabemos que este governo vem sanando a centenária questão da falta de vagas no sistema prisional. Está prestes a inaugurar, nesta Comarca, um novo presídio, com capacidade para 302 presos. Hoje temos 355 presos. Sabe-se que há a previsão de retornarem ao presídio local, após a transferência desses 355 presos, cerca de outros 300 presos condenados em Pouso Alegre, que estão cumprindo pena em outros presídios. Essa situação demonstra que realmente temos de priorizar a construção de presídios.

Uma questão importante na política carcerária seria a sua municipalização. O ideal é que cada condenado cumpra sua pena no local onde ocorreu o crime, no local onde mora sua família. Não há como falar em recuperação do condenado, se este não estiver inserido na sua família.

Pelo nosso entendimento, Sr. Presidente, é preciso ainda que, na construção da política carcerária, seja considerado o perfil do preso. Em Pouso Alegre, 90% dos presos praticaram seus crimes sob a influência, direta ou indireta, do álcool e das drogas ilícitas.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 55**

Com esse perfil, há de se pensar em estruturar, dentro dos presídios e penitenciárias, o tratamento adequado para o dependente químico. Portanto peço a V. Exa., Sr. Presidente, e aos membros desta Comissão que pensem na proposta de incluí-lo no sistema prisional do Estado.

Peço ainda a esta Comissão que intervenha, junto à Secretaria de Defesa Social, no sentido de incluir, no convênio mantido com as Apacs, uma equipe multidisciplinar, ou seja, incluir no quadro de funcionários das Apacs um psiquiatra e um psicólogo para cuidarem dessa questão da dependência química dos condenados.

Por fim, Sr. Presidente, quanto à política de recuperação e reintegração social dos egressos do sistema prisional - e a Apac é uma realidade no nosso Estado -, pedimos que esta Comissão inclua também os egressos das Apacs nessa política. São essas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer. Agradeço, em nome dos outros sete Promotores da Comarca, o convite feito por V. Exa. ao Ministério Público e parabênzo, mais uma vez, a Assembleia Legislativa pela iniciativa. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Promotora. É importante dizer a todos que a Assembleia Legislativa é o Poder Legislativo, é o poder, como este aqui, desarmado e que, muitas vezes, nem a caneta tem para assinar algumas decisões. Também queremos resultados concretos, a partir das 16 visitas que faremos no Estado. Já realizamos duas delas. Esse é um empenho que temos feito. Procuramos unir as áreas de repressão com as de prevenção, buscando soluções e contribuindo para a segurança das pessoas. Contudo, sendo

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 56**

muito sincero, quero dizer que não somos o Poder Executivo, não temos o poder de determinar e assinar decisões. Fazemos as leis.

Durante a fala da Dra. Tereza Cristina, eu me lembrava de uma lei da CPI Carcerária de 1998, a qual determinava que todas as unidades penais deveriam ser precedidas de um parecer prévio do Ministério Público quanto a sua capacidade e localização. Estamos sempre atentos para que essa legislação seja cumprida pelo Poder Executivo, mas sabemos que nem sempre isso é possível. Contudo ressaltamos que o governo Aécio Neves fez muito em relação a essa questão. Quando o Governador Aécio Neves assumiu o seu mandato, havia 15 unidades e hoje são 87. Na CPI de 1997, naquela altura, tínhamos 12 mil presos em Minas Gerais; hoje são 46 mil, sendo que 26 mil são presos provisórios. Só a Comarca de Montes Claros tem 1.300 júris para serem realizados e, se continuarmos nesse crescente, em 2011, serão 79 mil presos, em Minas Gerais. Haja cadeia para ser construída!

Devemos, então, vencer essa batalha, e isso só é possível com - e concordo plenamente com o que disse a Promotora - a reestruturação da família e a educação, envolvendo todos esses atores com o esporte e a cultura. Diria mais: devemos também superar a pobreza que está aí latente e tem infelicitado tantas pessoas. Devemos realizar agora esse esforço, mas as ações concretas não dependem só da minha assinatura nem da do Deputado Dalmo Ribeiro Silva nem da assinatura da Deputada Maria Tereza Lara. Como Poder Legislativo, procuramos envolver as áreas e ajudar a resolver os

problemas. Se não fizermos algo, alguns dos adolescentes de hoje completarão, no futuro, esse quadro de 79 mil presos no nosso Estado. Isso é muito triste.

Para suas manifestações, concedo a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que precisará ausentar-se.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente. Tenho de sair daqui às 17h25min. Contudo, vejo que estão presentes autoridades dos Municípios de Monte Sião, Bueno Brandão e Bom Repouso, e hoje estamos aqui para ouvi-las. Vários Vereadores, Secretários e Conseps estão aqui. Assim, peço a V. Exa. que, neste momento, passe a palavra a eles, pois desejo muito ouvi-los, antes de ir embora.

Gostei muito das brilhantes considerações da Promotora de Justiça e do representante de Jacutinga, cujos requerimentos serão levados para a Assembleia Legislativa, a fim de serem aprovados para conseguirmos buscar as gestões. Por isso peço venia a V. Exa., pois desejo ouvir as outras reivindicações. Obrigado.

O Sr. Presidente - Queria ponderar com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva sobre o horário da sua viagem, que é às 17h30min. Insisto a V. Exa. que faça agora as suas considerações. Eu e a Deputada Maria Tereza Lara ficaremos até o final, a fim de ouvir os convidados e levarmos as reivindicações para a Assembleia Legislativa. Sei que V. Exa. tem alguns requerimentos. Na próxima reunião da Comissão de Segurança Pública, eles serão votados. Convocaremos uma reunião extraordinária para votá-los. Assim, insisto

que V. Exa. fale agora, pois tanto V. Exa. quanto o Secretário Cloves terão de viajar daqui a pouco.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado.

Gostaríamos muito de permanecer nesta audiência, mas hoje ainda temos uma reunião extraordinária na Assembleia Legislativa. Em primeiro lugar, Deputado João Leite, gostaria de saudar V. Exa., Presidente desta Comissão, agradecendo sua honrosa presença, mais uma vez, em Pouso Alegre. V. Exa., como Deputado experiente da Comissão de Segurança Pública, tem trabalhado por todos os cantos do nosso Estado, ouvindo o povo e a comunidade. Então saúdo V. Exa., parabenizando e agradecendo muitíssimo sua gentileza e bondade. V. Exa. está presenteando a cidade de Pouso Alegre com a presença da Assembleia Legislativa nesta tarde.

Saúdo ainda a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão, companheira que tanto luta pelas reivindicações do povo de Minas Gerais; e o Deputado Ruy Muniz. É uma alegria muito grande tê-lo aqui. O Deputado Ruy Muniz é de Montes Claros, um educador. Estive com ele, na semana passada, na sua região, onde também pudemos realizar uma audiência pública da Comissão de Educação. Debates, naquelas bandas, a merenda escolar. Então quero parabenizá-lo e dar-lhe boas-vindas.

Saúdo também o Dr. Sadi, querido amigo; o Cel. Santana; o Dr. Rafael, da Polícia Rodoviária Federal; o Dr. Carlos Eduardo, Delegado Regional; o Cel. Dimas; o Secretário Cloves Benevides; a Defensora Pública; a Dra. Tereza Cristina, Promotora de Justiça; a

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 59**

caríssima Prof^a. Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino; o representante da Defesa Social; o caríssimo Presidente da Câmara Municipal, que nos recebe; os valorosos Delegados de toda a região presentes; todos os amigos; Presidentes de Conselhos de Segurança Pública; amigos da Câmara Municipal de Jacutinga; Vereadores de Pouso Alegre, Cachoeira de Minas, Monte Sião, Jacutinga, Albertina e Natércia; e as várias autoridades que compõem este seletto auditório, onde debateremos as ações da segurança pública.

É muito importante a visita da Assembleia Legislativa a esta cidade para conhecer de perto o que ocorre na região. Pudemos iniciar esta audiência com as palavras do Dr. Sadi, que nos trouxe tranquilidade. Hoje temos visto o papel preventivo da Polícia Civil, ratificado pelas palavras do Cel. Santana, que brilhantemente comandou esta região e hoje está em um destino maior. Ele tem sua visão não só para esta cidade, mas também para esta região, como exemplar policial que é.

Pudemos, sem dúvida alguma, conhecer as reivindicações dos nossos amigos, quando da visita que recebemos de Vereadores da Câmara Municipal de Jacutinga, a qual, caríssimo Deputado João Leite, ensejou e fortaleceu a motivação para a realização desta audiência pública. Também recebemos o pedido feito pelo Deputado Federal Miguel Martini para tratarmos das ações da segurança pública, na nossa cidade e região. Hoje, no patamar das ações, o que mais deseja o cidadão não é saúde, mas segurança pública para seus filhos, escolas,

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 60**

idades e ele próprio. Essas iniciativas são importantes, porque, no debate de propostas, como bem manifestou a representante do Ministério Público, surgem sugestões importantes que fazem com que a Assembleia Legislativa possa efetivamente cobrar ações do próprio governo.

O Secretário Cloves Benevides, que hoje ocupa um cargo de relevância extraordinária no combate às drogas, tem percorrido todo o Estado de Minas Gerais, levando suas palavras de conhecimento sobre as questões da dependência química. Esta tem sido, acima de tudo, uma situação desagregadora da família, do lar e da segurança pública. Quero parabenizar os gráficos, nos quais pudemos verificar os resultados da parceria entre a Polícia Civil e a Polícia Militar e o baixo índice de criminalidade da nossa região. Temos sim muito a comemorar, se os compararmos com os de outras regiões.

Com certeza, há ainda ações a serem realizadas, a fim de fortalecermos as já existentes. Há aqui divisas de Estado, e quero dizer que minha querida Monte Sião, Jacutinga, Albertina, Bueno Brandão, Extrema, e tantas outras cidades, precisam efetivamente de uma atenção redobrada das nossas polícias e do nosso governo. Temos um cinturão de segurança pública, mas ainda recebemos constantemente novas reivindicações para o aumento de efetivo, dentro do quartel e do batalhão, e de viaturas. O Dr. Sadi, o Cel. Santana, o Cel. Dimas e o Dr. Carlos sabem que a divisa do Estado é uma região mais problemática que outras. São por essas regiões que o crime adentra.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 61**

Citamos o exemplo de Tapira, na divisa com Jacutinga e Monte Sião, onde houve, em um mês, 19 homicídios. Há ainda as cidades de Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista e Socorro. Então, sem dúvida alguma, o portal do Sul de Minas nos preocupa, muito embora a Polícia Militar e a Polícia Civil tenham efetivamente um projeto de consistência para combater a criminalidade.

Então, neste momento, quero dizer a todos que temos nos empenhado e trabalhado muito, particularmente na liberação de recursos junto ao governo para a construção do presídio de Pouso Alegre, que será inaugurado em dezembro. Também trabalhamos muito para Itajubá e Andradas. Estamos buscando essas importantes ações e alocados recursos para que pelo menos tenhamos a segurança da nossa região, do nosso povo e da nossa família. Neste momento de discussões, todos vocês estão encarregados dessa missão, pois são portadores e representantes da cidadania. Quero parabenizar todos aqueles que estão aqui participando dessa discussão para melhorar a segurança da sua cidade. Queremos discutir as políticas públicas para segurança pública.

Certa vez, Cel. Santana, um Vereador procurou-me para marcar uma audiência em Belo Horizonte, a fim de tratarmos do assunto da segurança pública e tal, e eu inverti o convite: vamos debater segurança pública no seu Município. Então sugiro aos Vereadores presentes, com exceção de Jacutinga cuja Câmara está quase toda aqui, está com "quorum", que as Câmaras também façam o mesmo que a Assembleia. Vamos convidar as autoridades para que tenhamos, acima de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas Pág.: 62

tudo, propostas concretas, em cada Município, pois os problemas são específicos e peculiares. Hoje a situação mais grave é a falta de efetivo, e sabemos da dificuldade enfrentada pelas Polícias Militar e Civil.

Neste momento estamos na construção de propostas, e quero parabenizar todos vocês por isso. Acho que esse é um exercício que devemos fazer constantemente.

Há poucos dias, discutimos as ações políticas públicas em favor da saúde de Pouso Alegre com o Secretário, assim como fizemos com a cultura e com o desenvolvimento social. O assunto hoje tratado é muito pertinente, porque estão presentes todos os Delegados desta região para estabelecer as condições da parceria proposta e aquilo que o governo oferecerá.

Neste momento, quero dizer da minha satisfação. Já temos requerimentos propostos que serão produzidos na reunião ordinária da Assembleia Legislativa. Onde tínhamos o posto fiscal, na divisa com Sapucaí-Mirim, por sugestão do Luciano, que seja a Polícia Militar para dar garantia aos que entram no Estado de Minas Gerais. Em Albertina, estamos fazendo o asfalto, com o Processo, muito bem-lembrado.

Temos outras ações de melhoria em Bueno Brandão, em Monte Sião, em Ouro Fino e em Pouso Alegre. Todas as cidades que aqui estão, caríssimo Presidente João Leite, buscam segurança pública. Mas uma coisa quero destacar: a capacidade de articulação do Cel. Dimas, do Dr. Carlos e de toda a sua equipe tem sido muito importante e

elogiada nos anais da Assembleia Legislativa e no governo do Estado. A sintonia e o sincronismo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar nessa região são muito importantes, mas antes estavam sempre desagregadas. Hoje são parceiros importantes. A própria Polícia Federal, por intermédio do Dr. Rafael, nosso Inspetor, manifestou-se. Todos os policiais estão unidos não apenas numa parceria, mas em favor da própria comunidade. Isso quer dizer que estamos no caminho certo. Procuramos ações proativas para restabelecer a tranquilidade, a paz e a família, que é a célula maior da sociedade, como disse a Dra. Cristina.

Acima de tudo, quero falar da minha preocupação. Hoje temos a nossa Apac, que tem feito uma reconstrução, trazendo o homem de volta a sua família e aos seus filhos, com um trabalho extraordinário. Louvo a nossa Promotora de Justiça. Tenho ciência e conhecimento, desde longa data, do seu trabalho incansável pela grande gestão que tem feito nesta cidade e nesta região.

O Deputado João Leite dirige muito bem esta Comissão, que, assim como toda a Assembleia Legislativa, tem feito um grande trabalho. Com a aprovação dos requerimentos, cobraremos do governo. Usaremos a tribuna e as ações que temos junto ao governo para transmitirmos todas as preocupações e questionamentos que os senhores nos trazem. Este é o papel do parlamentar e do homem público. Estamos ouvindo a todos nesta audiência, num testemunho de comprometimento com a nossa segurança pública. Agradeço ao Deputado João Leite por estar entre nós.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 64**

Fico muito feliz com a Deputada Maria Tereza Lara e com o Deputado Ruy Muniz, nesse exe, para a nossa gente. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Ruy Muniz.

O Deputado Ruy Muniz - Boa-tarde a todos presentes neste plenário maravilhoso da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Parablenizo o Presidente Paulo Henrique e todos os Vereadores desta Casa por esta edificação maravilhosa, pela acolhida que dá à Assembleia Legislativa. Saúdo os colegas da Assembleia Legislativa. O nosso Presidente, Deputado João Leite, é um exemplo de dignidade, de honradez e de competência. Saúdo a Deputada Maria Tereza Lara, nossa Vice-Presidente, que representa dignamente todas as mulheres de Minas Gerais na Assembleia Legislativa. Saúdo o colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso professor na Assembleia Legislativa para todas as questões jurídicas, sociais e de segurança, meu colega da Comissão de Educação e desta Comissão de Segurança Pública. O Deputado Dalmo é o verdadeiro representante do Sul de Minas na Assembleia e dignifica muito o nome de todos vocês naquela Casa, sempre lutando e trazendo benefícios para esta região. Saúdo todos os Vereadores desta Casa. Citarei o nome de alguns: Vereadores Teixeira, grande médico; Rafael; Rogéria; Vereador Oliveira, colega democrata; e o Presidente Paulo Henrique. Cumprimento o Juiz Sérgio; a Dra. Tereza Cristina, representante do Ministério Público; o Dr. Rafael Arakak, Delegado da Polícia Federal; o Dr. Emilson Loures da Silva, Chefe Substituto da

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 65**

11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal; a Profª Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino; a Dra. Juliana Campolina, Diretora de Proteção Social; e a Dra. Raquel Ribeiro Costa, Defensora Pública.

No Orçamento de 2010, que aprovaremos no final do ano do segundo semestre, precisamos colocar um investimento substancial para que seja instalada a Defensoria Pública em todas as comarcas de Minas Gerais. É um absurdo vermos uma cadeia pública, como vimos hoje, pela manhã, em Santa Rita do Sapucaí, onde a grande reivindicação dos presos era já terem cumprido a pena e não terem advogado. Sabemos que isso é um direito de todos. A Defensoria Pública, assim como o Ministério Público, precisa ser valorizada e prestigiada.

Cumprimento o Dr. Márcio Martins Santana e o Dr. Sadi pela brilhante apresentação, que mostra como a segurança pública está evoluindo em Minas Gerais; o Ten.-Cel. Dimas, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar, a quem desejo muito sucesso no trabalho; os representantes da imprensa, em especial o nosso amigo Murilo, Diretor da rádio de Pouso Alegre.

Todos viram o quadro da segurança pública. Tudo isso começou a evoluir e a avançar a partir de 2003. Qual foi o fato significativo que ocorreu em Minas Gerais a partir de 2003? O povo de Minas Gerais teve oportunidade de votar e de escolher entre duas propostas para Minas Gerais: a proposta que representava o avanço, que é a juventude do Governador Aécio Neves; e a outra, que é a política do assistencialismo, que é votar num atraso. O povo de Minas

votou no avanço, escolhendo o jovem Aécio Neves. O que Aécio fez de diferente que os outros não faziam? Adotou a política do planejamento, de fazer o dever de casa, gastando somente o que arrecadava, de zerar o "deficit" público. E, planejando, surgiu dinheiro para investir na educação, na saúde, na infraestrutura e na segurança pública. Nunca um governo de Minas Gerais investiu tantos recursos na segurança pública. Investiu no aumento do quadro da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, na compra e na locação de viaturas, de armamentos e com treinamentos. A Polícia Militar, a cada semestre, libera 1.500 homens formados para a Capital e para o interior. E investe também na tecnologia, que significa integração, aproximando-se da população. Isso tem dado certo, mas não foi sempre assim.

Tudo isso tem a mão, também, de um grande planejador das políticas públicas, que é o Vice-Governador, o Prof. Anastasia. Ele trabalha em silêncio, como todo bom mineiro. Por trás de todas as ações de sucesso está o seu compromisso e a sua dedicação, apoiando e investindo nos projetos estruturadores de Minas Gerais.

Por isso Minas vive um tempo novo. O Governador tem recordes de aceitação em todas as camadas. Em todos os lugares em que vamos, sentimos orgulho. Em Pouso Alegre, há um investimento de milhões de reais, está sendo feito um novo presídio. Surgirão 290 vagas, número que pode ser até expandido. Está sendo construído um centro de reeducação para o menor próximo daqui. Essa cadeia que

visitamos hoje será fechada e reformada, tornando-se uma cadeia para mulheres.

Percebemos sinais de redução de todos os índices de criminalidade. Na apresentação, questionei sobre o tráfico de drogas porque, na minha região, o único índice que não diminui é o número de mortes devido ao tráfico de drogas. Em Montes Claros, infelizmente, morrem dois jovens todas as semanas. São oito jovens por mês. Aproximadamente 100 jovens perdem sua vida em todos os anos, numa cidade de 400 mil habitantes. Sabemos sobre o tráfico de drogas que existe naquela cidade. Um jovem viciado não paga a conta da droga e é assassinado. Nessa brincadeira, morrem 100 pessoas com idade abaixo de 25 anos. Na cadeia pública de Santa Rita, vimos muitos jovens. O Dr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social, está acreditando nisso. O governo federal está disponibilizando dinheiro para isso.

A solução para o problema é a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, a Apac. Temos de investir em novas Apacs; Pouso Alegre já tem uma. Quero lançar um desafio às lideranças de Santa Rita de Sapucaí para fazerem uma Apac. A sociedade civil abraça um tipo de estabelecimento penal, do qual ela participa, gera custos, capacitação, dá empregos para as pessoas, o preso recebe renda e ajuda sua família. Trata-se de um presídio em que as portas ficam abertas durante o dia, e as pessoas trabalham. É claro que esse sistema não serve para todos os presos, pois alguns precisam ficar reclusos. Mas aqueles que têm potencial para se recuperar ficarão

ali. Quem não conhece o sistema Apac deve pesquisar sobre ele porque vale a pena.

Acreditamos que é possível fazer uma Minas Gerais e um Brasil melhores. Para isso, todos precisam participar. As pessoas de bem, de bons propósitos, precisam participar da política. A política tem personagens que denigrem a sua imagem quando o povo bom não participa dela. Vamos todos participar dessa mobilização. Construiremos um país muito melhor. Agradeço ao Presidente a oportunidade de estar em Pouso Alegre com esta Comissão.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Deputado Ruy Muniz. Com a palavra, a Vereadora Mariana Aparecida Pereira, de Cachoeira de Minas. Os Deputados terão de se retirar, e a Vereadora Mariana falará enquanto eles estão saindo, pois o Secretário Cloves precisa ouvi-la.

A Vereadora Mariana Aparecida Pereira - Boa-tarde, Deputado João Leite; demais Deputados presentes, autoridades presentes; querida Romilda Reis, representando a educação; plateia. Sou educadora há 26 anos e tenho um pedido muito forte para fazer ao Sr. Secretário e aos demais Deputados. Refiro-me à fala do Cel. Santana sobre a avaliação do Proerd.

Em Cachoeira de Minas, temos uma acadêmica que faz um curso de mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora. O tema escolhido por ela é: "O impacto do Proerd na população de Cachoeira de Minas". Ela fez seu trabalho sob a orientação de uma professora americana que veio fazer sua tese de doutorado no Brasil e a orientou para fazer essa tese, que foi muito significativa.

Então o meu pedido é que essa aula do Proerd seja estendida não só aos alunos do ensino fundamental do ciclo 1, mas também aos alunos do ensino fundamental do 5º ao 9º ano e aos alunos do ensino médio. Como mãe de quatro filhos, percebo que os filhos nos escutam até os 10 anos.

Depois dessa fase, começam a ir para as atividades esportivas, em grupo, a participar de grupos maiores. Nesse momento, ficam mais motivados para a droga. Sabemos que, infelizmente, os traficantes estão muito bem equipados. Enquanto a escola ainda está com o seu quadro negro precário, os traficantes estão com o discurso na ponta da língua.

Peço aos Deputados e ao Secretário Cloves Benevides que olhem isso com carinho. Sei que é difícil. Se puderem determinar isso como um ponto, nós, de Cachoeira, colocamo-nos como referência para esse trabalho. Contamos com o apoio do Prefeito, que nos recebeu no dia 16 de junho. Ele nos deu toda atenção.

Faço também outro pedido. Vejo que, em relação à educação, os alunos que têm necessidades especiais são mais bem atendidos. Nossas Apaes estão crescendo, porém estamos nos esquecendo daqueles alunos que são superdotados. Muitas vezes são de famílias carentes. As famílias não sabem lidar com a educação. Não aprendemos nem lidar com os que têm necessidades menores, muito menos com os que têm QI superior. Vejo que é importante lançar essa bandeira para que as Apaes trabalhem com crianças superdotadas. Já li um artigo sobre o assunto e estou sentindo que tenho um aluno, do ensino médio, que é

superdotado. Mas, por falta de incentivo, esse menino está indo para o lado da droga. Sua colega lhe disse que queria comprar um tênis, mas não tinha dinheiro. Ele lhe disse: "Que nada. Queria um tênis, mas minha mãe não pôde me dar. Dentro de uma semana, consegui comprá-lo à vista".

Essas situações, há dez anos, não víamos no ensino médio. O tráfico organizado estava mais distante. Por mais cuidado que estejamos tomando, de certa forma estamos sendo aliciados por essa fala. Isso tem-me deixado muito preocupada. D. Romilda está aqui e pode confirmar o que falo, que a nossa escola é de boa qualidade, mas precisamos nos preocupar porque o crime chegou aqui a Cachoeira também. Se cada um de nós não tomar conta do nosso céu, dentro de pouco tempo as tiriricas estarão tomando conta de tudo. Viveremos um inferno total. Que me desculpem o termo. Reeducar, investir em ações para controle, para afastar as pessoas do crime e da droga é muito mais difícil. Sabemos que, no momento, é muito mais caro investir na educação, no esporte. Esses benefícios não virão imediatamente. Somente daqui a alguns anos é que veremos essas estatísticas melhorar. Serão sementes bem plantadas.

Agradeço ao Deputado e ao Secretário terem-me esperado, mas ainda tenho alguns pedidos a fazer. É importante um incentivo maior para trabalhar. A população triplicou em menos de 50 anos. O que foi feito em relação ao policiamento? Quase nada. Quando eu era adolescente e saía pela rua, via dois ou três policiais. Hoje, quando meus filhos saem, pergunto-lhes se viram algum policial. Eles sempre

dizem não. Pergunto-lhes: vocês andaram pela praça e não viram nenhum policial? Eles dizem que não. Meu filho diz que eles foram atender a outra demanda. As demandas aumentaram, mas o efetivo não. A polícia feminina é muito importante em todos os Municípios. Muitos traficantes estão abusando porque não há polícia feminina. É importante que ela esteja presente, seja parceira. Já vi uma briga debaixo da janela de minha casa. A moça disse ao policial que não encostasse nela, que iria denunciá-lo. Ela lhe disse que ele não tinha direito de encostar em seu corpo. A polícia masculina sofre essa ameaça. Em Cachoeira não temos uma policial feminina. Acredito que a maioria dos Municípios não tenham, conforme já foi dito aqui pelos colegas de Jacutinga.

Em relação à segurança rural, é muito preocupante a situação. Até que o indivíduo pegue o celular, o bandido já está do outro lado. Temos de segurar essa família que gosta da zona rural. Vemos o processo da "desmatriculização", em que as pessoas deixam os grandes centros e vêm morar no interior, principalmente na zona rural, em busca de segurança. Muitas vezes essa segurança não está acontecendo.

Deixo, como mensagem, um pedido para que falemos mais de Deus. Temos de acreditar que o homem precisa amar mais seus semelhantes. Estamos numa sociedade consumista, onde o ter é muito mais importante. Não importa que sejamos bons, mas que tenhamos o carro do ano. Não importa que sejamos ótimos alunos, se não tivermos o celular que está na última moda. Isso faz com que os jovens fiquem

perdidos, porque a mídia também funciona como grande incentivadora dessa violência, muito embora nem percebamos. Uma criança que assiste ao "Pica-Pau", ao "Tom e Jerry" e a outros desenhos poderá ficar perdida. Como pode um ratinho insignificante levar vantagem em tudo? O que estaremos ensinando a nossas crianças? Às vezes, estamos atacando o problema, mas ele está passando pelas nossas mãos, pelos nossos olhos. Como legisladores, pouco ou quase nada estamos fazendo em relação à mídia. Não sou contra a liberdade de imprensa. Sou favorável a uma imprensa que seja educadora, transmissora de valores e pregue aquilo que realmente é o ser humano, não um ser consumista.

Meu colega Vereador em Cachoeira tem também dois pedidos a fazer perante esta conferência específica para o nosso Município. Muito obrigada pela paciência. Estou saindo daqui muito feliz, mas com muitos questionamentos ainda. Saio daqui com uma grande lição, ou seja, trabalhar para que o mundo seja mais justo e humano. Precisamos estar, daqui a 30 anos, elaborando estratégias para que nossos alunos sejam brilhantes. Não queremos elaborar estratégias para diminuir o crime. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço as palavras da Vereadora. Com a palavra, a Dra. Raquel Ribeiro Costa, Coordenadora Regional da Defensoria Pública em Pouso Alegre. Posteriormente, falará o Vereador.

A Defensora Pública Raquel Ribeiro Costa - Prezado Deputado João Leite e os que já se foram embora em razão de compromissos. Cumprimento os membros da Polícia Militar, os Delegados da Polícia

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 73**

Civil. Agradeço o convite desta Comissão para participar desta audiência pública. Serei breve, até pelo adiantado da hora. Agradeço a presença das Polícias Federal e Rodoviária Federal, bem como dos senhores presentes.

Aqui represento a Defensoria Pública de Pouso Alegre. Somos oito Defensores Públicos. Como o próprio Deputado havia dito, a Defensoria tem vários problemas estruturais, até mesmo falta de pessoal. Temos cento e pouco Defensores num Estado como Minas Gerais. Temos mais de 200 comarcas sem Defensores Públicos. A segurança pública também tem a ver com a Defensoria Pública, como o Deputado mencionou, pois vários detentos reclamam que não há advogados e que ficam jogados, sem direito a nada. Em várias comarcas não há Defensores Públicos porque não há no Estado número suficiente. Pouso Alegre pode dizer que é uma comarca privilegiada, pois temos oito Defensores, mas não são suficientes para a demanda de processos que temos.

Vou fazer minhas as palavras do Prefeito Agnaldo Perugine, porque a questão de segurança não abrange somente a repressão ao crime. Temos de agradecer o bom trabalho que a Polícia Militar tem feito em Pouso Alegre, mas a questão não é somente de repressão. Vemos, no escritório, que a criminalidade em Pouso Alegre tem a ver também com o tráfico de drogas. A maioria dos casos está relacionada ao tráfico de drogas. Estão aqui a Polícia Militar e a Polícia Civil, que não me deixam mentir. Vemos que o grande problema são os mais pobres, que acabam se envolvendo com o tráfico de drogas, por falta

de oferta. Esses jovens não veem outro caminho a não ser o tráfico de drogas. Precisamos realmente de um trabalho de cidadania, não só em Pouso Alegre, mas também em outras cidades, para que esses jovens não entrem no mundo das drogas. Como isso pode ser feito? Não só reprimindo. É lógico que ele tem de ser reprimido, mas precisamos de trabalho de prevenção. Vemos que, na maioria das comarcas, isso não tem sido tão efetivo, até mesmo por falta de estrutura. Muitos Municípios não têm estrutura para trabalhos de prevenção para esses jovens antes de eles entrarem no mundo das drogas.

Agradeço à Polícia Militar o trabalho que está sendo feito no ensino fundamental, o Proerd, que é muito importante nas escolas. Esse trabalho está sendo feito nas escolas de Pouso Alegre. Não sei se isso está sendo feito em todo o Estado.

Agradeço a presença de todos. Acredito que a questão de segurança não é para ser debatida entre autoridades somente, Deputados, Polícia Civil e Polícia Militar, mas por toda a sociedade. A questão da criminalidade envolve toda a sociedade.

Agradeço a presença do Prefeito, dos Vereadores e das demais autoridades presentes, porque as solicitações vieram a calhar, porque a questão da criminalidade atingiu também os pequenos Municípios, como os Vereadores de Jacutinga, de Monte Sião e Cachoeira disseram. Isso não é mais só uma questão dos grandes centros. Vemos que a quantidade de processos nas comarcas do interior aumentou muito nos últimos dez anos.

Agradeço o convite feito pela Comissão. Muito obrigada.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 75**

O Sr. Presidente - Agradecemos a presença e a contribuição da Defensoria Pública. Disse à Profª Romilda que ela não poderia sair sem falar. Ela é Superintendente Regional de Ensino. Estamos contando com a educação. A professora não pode sair sem falar, de maneira alguma.

A Sra. Romilda dos Reis - Agradeço o convite feito por V. Exa. para que participasse desta reunião. Cumprimento as autoridades presentes e todos que ainda estão aqui para dar término a esta reunião. Quero dizer à comunidade de Pouso Alegre que nós, da Superintendência Regional de Ensino, representamos 30 Municípios. Estou no comando de 30 Municípios. Somos parceiros da Polícia Militar no Proerd. Os 30 Municípios que fazem parte dessa regional já têm o Proerd. Quero dizer à Vereadora de Cachoeira de Minas que há também o Proerd nos anos finais do ensino fundamental. Temos o programa no 5º ano, que era a 4º série anterior. Agora, estamos solicitando para os últimos anos do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, se possível, até mesmo para os alunos do ensino médio. Há muitas pessoas que dele necessitam. Solicitamos que esses policiais, nas saídas dos nossos turnos, estejam nas imediações das escolas. Sempre fomos atendidos quanto a isso.

Quero colocar à disposição de qualquer entidade a Superintendência. Ela estará aberta para qualquer assunto. Somos parceiros na área da saúde, do meio ambiente, da Polícia Rodoviária. A educação está em toda parte. Quero dizer que a nossa regional fica na Rua Comendador José Garcia, nº 314, e está de portas abertas para

Código do documento: 762644

qualquer entidade que queira participar, sugerir atividades e nos auxiliar com a juventude, tanto de Pouso Alegre quanto dos Municípios jurisdicionados a esta cidade.

Quero agradecer a participação da comunidade e dizer que isso aqui foi uma aula. Não havia participado de uma audiência pública ainda. Fiquei feliz com a participação das Polícias Militar e Civil quanto à criminalidade. Muitas coisas que falaram foi novidade. Muito obrigada. Coloco à disposição de Pouso Alegre a Superintendência de Ensino de Pouso Alegre. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Passo a palavra a Juliana Campolina, representando o Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Desenvolvimento Social. Agora, receberemos a ajuda do desenvolvimento social, não é, gente? Obrigado pela presença, Juliana.

A Sra. Juliana Campolina - Em primeiro lugar, cumprimento todos os presentes no avançado da hora e agradeço o convite. Em nome do nosso Secretário Agostinho Patrus Filho, cumprimento todas as autoridades na pessoa do Deputado João Leite, por quem, particularmente, tenho um apreço e carinho pessoal, pois já tive a oportunidade e o privilégio de fazer parte da sua equipe enquanto titular da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Sem pretender me alongar, tomarei para mim os mesmos posicionamentos do Sr. Prefeito, da nossa Promotora e da nossa Defensora Pública. Parabenizo a atuação e a integração das polícias. A minha recomendação é de não somente ouvir as demandas da região,

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 77**

mas também colher os frutos e atuações acertadas adotadas, a fim de estendermos isso a todo o Estado e para que, em outra oportunidade, possamos colocar os indicadores e índices de Minas nos mesmos patamares que vimos aqui.

Sem dúvida, é muito importante valorizar e aumentar o efetivo e os recursos na área da repressão, mas temos de constatar que é fundamentalmente importante a prevenção. Não chamaremos para nós, Secretaria de Desenvolvimento Social, a função de único ator do Estado responsável pela prevenção. Todas as políticas sociais relativas ao efetivo e também toda a demanda de servidores, seja do Estado, seja do Município, têm de atuar de forma a proporcionar a devida proteção, por parte do Estado, às famílias.

Nas penitenciárias, verificamos o resultado de uma falha do Estado, ou seja, do poder público, que ocorreu em algum momento no que diz respeito a esses indivíduos e a suas famílias. Temos de fazer isso neste momento, pois temos de combater a criminalidade, mas também temos de atuar na causa. Por meio de relatos relativos à criação das penitenciárias e também por parte da Secretaria de Defesa Social, tomamos conhecimento de que um grande número de jovens foi encaminhado ao centro de internação, pois não há oferta de serviço e de medidas socioeducativas em seus Municípios. Essa é uma intervenção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que favorece o vínculo familiar, pois somente com o fortalecimento dessa convivência, ou seja, somente com essa situação de o jovem pertencer

à comunidade em que se insere conseguiremos realizar um trabalho efetivo.

Isso é de extrema importância, e temos conseguido grandes avanços, muitos deles com o apoio integral, a atuação e a intervenção da Assembleia Legislativa. A votação das peças orçamentárias tem sido de extremo valor na recomposição e ampliação do nosso orçamento para que programas e políticas sejam efetuados. Não minorarei a fala do Deputado quando diz que a Assembleia Legislativa tem um papel menos importante, pois somente esta Casa poderia estar neste momento promovendo e congregando tantas pessoas, tantos Municípios e tantas instituições diferentes.

Nós, da Secretaria de Desenvolvimento Social, estamos abertos para atendê-los no que for possível. Poderemos abrir o debate. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Vereador de Cachoeira de Minas. Por favor, diga o seu nome completo, pois esta reunião está sendo gravada e registrada em notas taquigráficas.

O Vereador Antônio João de Faria - Muito obrigado a todos. Meu nome é Antônio João de Faria. Sou conhecido como Jota Faria, ou como Prefeitinho, o único Prefeitinho Vereador do Sul de Minas. Podem procurar isso no "site", que encontrarão.

Saúdo o Deputado João Leite, que preside esta sessão, as demais autoridades presentes, a Deputada Maria Tereza Lara, que tive

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 79**

a oportunidade de conhecer em fevereiro, no centro de Venda Nova, em Belo Horizonte, e o público presente.

A Vereadora Mariana foi feliz ao explicar sobre a questão da segurança. Temos enfrentado um grande problema em nossa cidade, principalmente na zona rural: a questão dos roubos. Ressalto o que a Vereadora disse e gostaria de reforçar o seu pedido.

Aproveito para estender um pedido ao Delegado Sadi, que, pelo que entendi, é um dos coordenadores das regionais em Minas Gerais. Em Cachoeira há uma deficiência de vistoriadores de veículos. Dependemos exclusivamente de Pouso Alegre para isso. Sabemos que não é somente a nossa cidade que apresenta essa deficiência. Esse problema estende a outros Municípios, mas peço que verifiquem isso com carinho e que designem, pelo menos uma ou duas vezes, para Cachoeira de Minas, um vistoriador para o emplantamento de veículos.

A outra questão diz respeito a algo que é muito cobrado por parte da população de Cachoeira de Minas, de Conceição dos Ouros e de Paraisópolis, e é certamente de grande conhecimento do Inspetor da Polícia Federal, Dr. Emílson. Trabalho em rádio há 18 anos, na Rádio Difusora AM e na D2 FM de Santa Rita, e sempre estamos presentes nas reportagens no trevo da BR-459, que dá acesso a Cachoeira de Minas, Conceição dos Ouros e Paraisópolis. É do conhecimento do senhor, Dr. Emílson, que esse trevo é o que apresenta os maiores índices de acidentes de veículos. Espero que possa levar isso ao conhecimento do DNIT e do DNER, para que possamos amenizar essa questão e resolver esse problema do trevo de Cachoeira de Minas.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas Pág.: 80

Esses são os meus pedidos. É um privilégio conhecer pessoalmente o Deputado João Leite, pois o conhecia somente pela telinha. Lembro-me da Copa de 1982, de que o senhor não pôde participar. Não desmerecendo as demais seleções, acredito que aquela foi a que deixou uma grande marca. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vereador Prefeitinho, pela participação. Agradeço a presença destas cidades, que demonstraram grande interesse pela audiência, e a presença e participação dos Vereadores. Com a palavra, o Vereador Paulo Henrique Pereira Alves, nosso anfitrião, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, a quem agradeço muito a hospitalidade e este Plenário belíssimo.

O Vereador Paulo Henrique Pereira Alves - Boa tarde, Deputado João Leite, digníssimo Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, em cuja pessoa cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e os meus amigos Ten.-Cel. Dimas, Comandante da Polícia Militar de Pouso Alegre, o meu caro Delegado Carlos Eduardo, a Sra. Romilda dos Reis, que também já saiu, todos os presentes, os demais componentes da Mesa, o Dr. Rafael, da Polícia Federal, o Dr. Emílson, da Polícia Rodoviária Federal, o Dr. Sadi, da Polícia Civil, o Cel. Santana, que prestou um grande serviço em Pouso Alegre, os demais Vereadores na pessoa do meu amigo Vereador Joaquim, Presidente da Câmara Municipal de Bueno Brandão, senhores e senhoras da platéia, a imprensa, a Dra. Tereza Cristina, representante do Ministério Público, a Dra. Raquel, da Defensoria Pública, a Dra. Juliana, nome da minha filha, representante da Secretaria de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 81**

Desenvolvimento Social de Minas Gerais, e os demais funcionários da Assembleia Legislativa.

Deputado João Leite, é importante e bom ouvirmos alguns dados a respeito das ações integradas das Polícias Militar e Civil - o Dr. Carlos Eduardo está presente - em Pouso Alegre e no Sul de Minas, representada pelo Dr. Sadi.

Ao final da minha fala, gostaria de fazer alguns encaminhamentos. Por se tratar de uma audiência pública, acredito que tenhamos de solicitar algumas questões sobretudo a vocês, Deputados, quando, neste momento, tratamos da elaboração e votação das leis orçamentárias na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais.

Gostaria de propor a realização de um fórum, em extensão a esta audiência pública, para discutirmos as diretrizes e os princípios definidos na "I Conferência Nacional de Segurança Pública", recém-realizada. A Deputada Maria Tereza Lara deverá fazer referência a isso. São 10 princípios delineados nessa conferência nacional e mais 40 diretrizes de ações abrangendo as três esferas do governo, com o apoio do Ministério Público, da Polícia Militar, da Polícia Civil e de todos os órgãos de defesa civil e de segurança pública. Esse debate precisa ser realizado, pois a população precisa saber qual o norte e quais diretrizes adotados a nível nacional.

Sabemos da importância das ações das polícias, mas é fundamental o que ficou muito claro nos debates e nas apresentações: é preciso que as esferas responsáveis do governo implementem ações e programas que visem ao desenvolvimento social e econômico. As

políticas para a educação e para a saúde e os programas de transferência e distribuição de renda e de geração de empregos são muito importantes. Essa realidade é necessária, senão haverá muito trabalho para as polícias do Estado e do País.

Era essa a reflexão que gostaria de fazer. Por fim, gostaria de encaminhar uma solicitação aos Deputados, para que levem ao governo do Estado, por meio de emendas nas leis orçamentárias, o pedido de maior atenção às Apacs no Estado inteiro e investimento maior na Defensoria Pública, pois sabemos da importância do seu trabalho, já que as pessoas que recorrem ao Defensor Público não têm condições de pagar um advogado. Portanto, essa política do Estado tem de ser vista com muito carinho e com muito investimento, porque as pessoas, de fato, precisam do resguardo da Defensoria Pública. É importante que haja investimento maciço na Defensoria Pública, nas Apacs, nos salários dos policiais, que já é uma reivindicação antiga, pois sempre há movimentos no Estado em relação a essa questão, e na própria infraestrutura de trabalho das Polícias Civil e Militar.

Deixo aqui alguns encaminhamentos, reforçando a ideia de realizarmos um debate sobre os encaminhamentos da "I Conferência Nacional de Segurança Pública".

Agradeço a presença de todos. Esta Casa está sempre aberta. Cumprimento os meus colegas Vereadores que ainda estão em Oliveira, Moacir Franco, Rogério, Teixeira, Rafael Prado e Dulcinea. Recebam o meu abraço. Esta Casa está sempre aberta aos Deputados e aos demais

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 83**

membros desta Mesa para debates e encaminhamentos de soluções que a população tanto espera. Um abraço a todos vocês.

O Sr. Presidente - Obrigado, Presidente. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão, que terá de viajar para comparecer a uma reunião em uma cidade aqui do Sul de Minas. Permanecerei aqui, pois gostaria de ouvir todos os inscritos. Tudo será gravado e registrado em notas taquigráficas.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento o Presidente, Deputado João Leite, que tem feito com que esta Comissão contribua de fato com a segurança pública do Estado. Os encaminhamentos, por muitas e muitas vezes, têm obtido sucesso nas reivindicações de cada segmento.

Cumprimento também os nossos nobres colegas que aqui estiveram, Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Ruy Muniz, e o nosso Presidente da Câmara, meu companheiro de partido, Paulo Henrique. Gostaria de cumprimentar as mulheres nas pessoas da Dra. Juliana e da Dra. Raquel, que ainda estão presentes.

Estão presentes as três esferas do poder. Isso é interessante, pois fez parte de amplo debate na "I Conferência Nacional de Segurança Pública", como foi dito pelo Presidente da Câmara, a qual foi convocada pelo governo federal. Minas Gerais esteve presente nas conferências estadual e nacional.

Estiveram presentes nesta reunião o Prefeito, e ainda está, o Presidente da Câmara, nós, representando a Assembleia Legislativa, o Poder Executivo e as Polícias Militar e Civil, com o Dr. Sadi, o
Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 84**

Cel. Santana, o Ten-Cel. Dimas e o Dr. Carlos Eduardo. Estão também presentes os representantes do governo federal, dois membros da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, o Emílson e o Rafael Arakak, e a sociedade civil. Está presente um policial federal muito jovem. É muito importante que os jovens ocupem esses espaços.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - É Rafael Arakak.

A Deputada Maria Tereza Lara - Está certo. Não há como fazer segurança pública sem as três esferas do poder e a sociedade civil. Esse é o caminho para que possamos avançar. Quero cumprimentar o Luciano, grande protagonista deste momento, representando o Deputado Federal Miguel Martini; e o Acácio, representante do Deputado Odair Cunha. Conhecendo de perto, este é o papel da Comissão: visitar as várias regiões do Estado, conhecer as realidades, pois há várias Minas em Minas Gerais.

Em termos de encaminhamento, serei mais propositiva. Alguns requerimentos serão aprovados: a questão específica de Santa Rita do Sapucaí; a questão da cadeia, problema nacional gravíssimo, de longa data. Passos importantes estão sendo dados pelo governo federal, no debate da conferência, em relação ao Sistema Único de Segurança Pública - Susp -, envolvendo obrigatoriamente o Município. Hoje o Município não contribui apenas, como antes, pagando isso e aquilo, ajudando o Estado. O Município tem de ser cogestor. A conferência nacional delegou isso ao Município. Não podemos abrir mão disso. O governo do Estado tem avançado, principalmente em relação aos Agentes Penitenciários, grande luta e defesa intransigente do Deputado João

Código do documento: 762644

Leite e de toda a Comissão. Isso tem avançado, mas há pontos importantíssimos.

Deputado João Leite, queria propor a nós, da Comissão, um grande desafio: contribuir com o Estado. Como V. Exa. disse, não cabe a nós tomar medidas, já que não somos Executivo, mas reivindicar. Que reivindicemos do Estado mais esse passo, além dos Agentes Penitenciários, que já está ocorrendo. Que nas penitenciárias, nos Ceresps e nas cadeias haja investimento com recursos dos governos federal, estadual e municipal para a instalação de escolas, para que esses jovens - mais de 90% - tenham profissionalização. Vimos hoje em Santa Rita de Sapucaí a realidade de todo o Estado e de todo o País: jovens ociosos, uma situação gravíssima. Como ressocializá-los? Cabe aos três Poderes, a nós e à sociedade civil cobrar isso. A cada um compete as suas obrigações. Esses projetos sociais têm de, com maior agilidade, chegar às cadeias, às penitenciárias. É um desafio para nós. Estou incluindo a Comissão, para contribuir. Estamos vendo a educação, a Secretaria, o Executivo, as Câmaras Municipais. Temos de unir esforços, senão construiremos apenas cadeias e penitenciárias e não avançaremos, e os nossos jovens morrerão ou ficarão presos.

Quero cumprimentar também as polícias, principalmente pela integração. A polícia é importantíssima e tem de ser valorizada. O senhor disse muito bem, sendo até humilde. Há problemas que têm de ser solucionados. Em todos os segmentos eles existem, mas temos de colocar o dedo na ferida. Além disso, devemos valorizar o que temos e avançar muito mais. Enquanto houver morte, nenhum de nós pode cruzar

os braços. Não devemos jogar a culpa em fulano ou sicrano. Quanto maior o poder da pessoa, maior a sua responsabilidade de ajudar. O governo federal tem grande responsabilidade em todo o País, mas, sozinho...

Compete juridicamente ao governo do Estado, até hoje, sim, mas não pode ser mais. É uma situação nacional. Temos de envolver, na prática, os três Poderes, superar qualquer divergência partidária. A segurança pública é um bem comum. Temos de superar qualquer divergência, qualquer competição - que isso fique para a época da campanha eleitoral -, para defendermos a nossa vida e a qualidade de vida. Fica aqui o nosso compromisso - creio que não é só meu, mas do nosso Presidente e da nossa Comissão - de avançarmos nesse sentido. Contamos com a contribuição do Subsecretário Antidrogas, o que é importantíssimo. Como disse, temos de ter até assistência médica; por exemplo, um psiquiatra para acompanhar os detentos. Hoje o nosso "per capita" é de mais de R\$2.000,00 por mês para manter o sistema penitenciário com os nossos recursos, com os nossos impostos, para não ressocializar. A ressocialização é de cerca de 15%.

Encerrando, as Apacs são a grande saída e contam com o nosso apoio, o apoio da Comissão, o nosso compromisso. Que nos debrucemos - certamente, Presidente, V. Exa. pedirá a cópia desta exposição - sobre todas as reivindicações. Podem contar com o apoio da Comissão para ajudar a construir. Não vamos resolver o problema; vocês têm de estar juntos.

Tenho de pedir licença. Como achei que a audiência não fosse demorar tanto, marquei uma audiência com o Prefeito e algumas pessoas de Alpinópolis. Daqui até lá são 3 horas, e tenho de conversar com eles ainda hoje. Da próxima vez, não marcarei outro compromisso. Como todos querem participar, precisamos estar mais à disposição. Tomei essa iniciativa. Quero pedir desculpas, mas contem conosco. Muito obrigada. O nosso abraço a todos, que, com certeza, têm o compromisso de construir uma sociedade com uma cultura de paz.
(- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputada. Com a palavra, o Vereador Benedito Antônio de Souza, de Monte Sião. Muito obrigado pela presença e participação.

O Vereador Benedito Antônio de Souza - Exmo. Sr. Deputado João Leite, por seu intermédio cumprimento toda a Mesa. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que tenho o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Sei muito a respeito da sua pessoa, por meio do Oscar, nosso amigo comum e ex-capitão da Seleção Brasileira.

O Sr. Presidente - Um grande amigo.

O Vereador Benedito Antônio de Souza - Domingo estivemos juntos, durante cerca de duas horas. Ele participa do nosso Clube do Vinho, onde nos reunimos nos domingos pela manhã, para um bate-papo. Aliás, convidei-o para participar, mas, por ter assumido outro compromisso em São Paulo, pediu desculpas e nos convidou para fazermos uma visita... O senhor sabe que ele possui um centro de treinamento em Monte Sião?

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 88**

O Sr. Presidente - O Oscar não me convida, convoca.

O Vereador Benedito Antônio de Souza - Falando especificamente sobre segurança pública, queria pedir licença aos amigos de Jacutinga, mas os problemas de Monte Sião são semelhantes, por ser uma cidade de divisa. Em termos econômicos e financeiros, somos um pouco diferenciados, em virtude do nosso comércio, da nossa indústria de tricô, que fazem com que Jacutinga e Monte Sião, graças a Deus, não tenham sérios problemas financeiros, como ocorre em várias partes do País. Sem dúvida alguma, isso gera cobiça nos olhos dos marginais, principalmente os das regiões amplamente debatidas aqui, como Itabira, Mojmirim, Mojiguaçu e Campinas. A região de Campinas é muito problemática em relação a segurança. Monte Sião e Jacutinga estão a uma hora de Campinas. Como o acesso é muito bom pelas rodovias paulistas, há enorme facilidade de os marginais virem às nossas cidades, cometerem crimes e retornarem às suas cidades.

Falando especificamente sobre Monte Sião, são três as nossas reivindicações. Primeiro, a nossa atual cadeia, que, com avançada data de nascimento, não possui condições físicas, estruturais, para comportar ninguém. Não é uma cadeia transitória, para presos transitórios. Todas as cadeias do País deixaram de ter essa peculiaridade para terem as mesmas condições de uma penitenciária. Há muitos anos, lá estão vários presos, julgados para ficar em penitenciárias. A condição da cadeia é muito precária. Aliás, hoje a cadeia está no Centro da cidade, na área urbana, diferentemente de quando foi construída. A população de Monte Sião e

Código do documento: 762644

Jacutinga chega a dobrar nos finais de semana, com os nossos visitantes e compradores de malha. Como Monte Sião fica ao lado de Águas de Lindoia, que possui grande rede hoteleira, ainda recebe os turistas dessa cidade. Para vocês terem uma ideia, apenas este ano ocorreram oito fugas da cadeia de Monte Sião. Duas ou três delas, não me recordo bem, foram praticamente fuga em massa, consequência das condições precárias da cadeia.

A outra reivindicação se refere à nossa delegacia, que fica ao lado da cadeia, formando um único complexo. Também está bastante comprometida, sobretudo com essas fugas. Recentemente improvisaram um albergue ao lado da delegacia, que foi incendiado. O fogo invadiu a delegacia, cuja situação é bastante crítica. Não sei se compensa fazer uma reforma, em razão do custo; talvez seja melhor fazer uma nova construção.

O nosso terceiro pedido é relativo à situação dos nossos policiais militares. Recentemente estivemos em uma audiência com o Comandante, na Câmara Municipal. Ele nos falou bem claramente sobre a situação de Monte Sião. Em Jacutinga não é diferente. Os imóveis são muito caros, principalmente o valor dos aluguéis. Nenhum policial quer ir para Monte Sião porque o salário não condiz com o preço dos aluguéis. Propomos que haja um convênio com o Estado e o Município para a construção de uma vila militar, como se fez em Extrema, se não me engano. Os policiais em serviço utilizariam esse complexo, pagando apenas pelo consumo de água e de energia elétrica. Por sermos uma cidade fronteira, há demanda desse serviço. O Comandante foi claro

ao nos dizer que, quando um policial vai para Monte Sião, é como se estivesse pagando pena por ter cometido algum delito. Desculpem-me, mas tenho de falar sobre essas situações.

Agradeço muito aos senhores. Presidente, muito prazer em conhecê-lo pessoalmente. Espero tomar vinho com o senhor, no nosso clube. Tenho certeza de que, tendo sido grande defensor da meta do Atlético Mineiro, será grande defensor da nossa segurança pública.

O Sr. Presidente - Obrigado, Benedito. Leve um abraço ao nosso Oscar. Não prometo tomar vinho, porque, misturado ao leite, faz muito mal.

O Vereador Benedito Antônio de Souza - Desculpe-me, Deputado. Gostaria de passar ao senhor o relatório.

O Sr. Presidente - Por favor, venha até aqui. Com a palavra, o Vereador Moacir Franco, de Pouso Alegre.

O Vereador Moacir Franco - Boa-tarde a todos. Queria cumprimentar o Deputado João Leite. É uma honra e um prazer tê-lo em nossa Câmara Municipal, reiterando as palavras do nosso Presidente Paulo Henrique e do nosso Vereador Oliveira Altair, que está ao seu lado. Cumprimento também o Comandante Emílson, da Polícia Rodoviária; o Dr. Rafael Arakak, representante da Polícia Federal; o nosso amigo Márcio Santana, que prestou serviços aqui; o Dr. Paulo Henrique, nosso Presidente, de quem já disse; o Dr. Carlos Eduardo, Delegado Regional de Pouso Alegre; a Dra. Tereza Cristina, Promotora de Justiça de Pouso Alegre; a Raquel Ribeiro, representante da Defensoria Pública; senhoras e senhores.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 91**

Quero apresentar-lhes algumas posições deste Vereador, representante daqueles que o trouxeram a esta Casa pelo seu voto.

Faria algumas reivindicações em relação a projeto desenvolvido aqui pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e por alguns órgãos de defesa civil e da sociedade. É o Projeto Nosso Sul, que foi instituído pelo 20º Batalhão, precursor desse projeto. Ele tem quatro subprojetos básicos: o Proerd, que é sucesso; o Escola de Portas Abertas, tanto municipais quanto estaduais; o Rota Livre, projeto das câmaras nas entradas das cidades; e o Resgate da Paz. Solicitaria que esse projeto fosse realmente revitalizado para dar sustentação à nossa fronteira.

Temos aqui alguns bairros populosos. Aqui estão o Carlos Eduardo e o Comandante Sant'Ana, do nosso Distrito São José do Pantano, que fica praticamente a 20km da sede do nosso Município, e lá não há posto policial. Temos também a Cidade Jardim, bairro que está aproximadamente a 8km de distância, com quase 10 mil pessoas, e não dispõe de posto policial. Há o Bairro São João, com mais de 20 mil pessoas, que precisa também de posto policial. Estive com o Comandante, no 20º Batalhão, e com a comissão de Prefeitos. Também trabalho pela Amesc, no período da manhã, além de ser Vereador aqui, na Câmara, à tarde. Tivemos quatro Prefeitos, além de representantes de algumas comunidades - Espírito Santo Dourado, São João da Mata, Silvianópolis e, se não me engano, Turvolândia. Fomos lá para reivindicar patrulha rural, pois estavam roubando ordenhadeira,

equipamento, grade, trator. Fizemos essa solicitação, houve empenho do 20º Batalhão, e foi minimizado esse problema.

De todas as palavras que aqui foram ditas, o problema maior que temos vivido é o das drogas. Há dois meses, estiveram nesta Casa os representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar, que fizeram demonstração dos gráficos. Os crimes violentos têm diminuído, mas a droga tem aumentado. A Dra. Cristina disse que a droga é responsável por 95% dos que estão cumprindo pena. Precisamos de ação. Sou a favor da criação de condições econômico-financeiras para melhorar a vida das pessoas, ao invés de investir em penitenciárias e cadeias. Essa seria a maior ação, inclusive trazendo indústria, serviços, competência para nossa cidade. Está aí o Dr. Carlos Eduardo, oriundo de Extrema, cidade que conta com 25 mil habitantes. Para que o senhor tenha referência, Pouso Alegre tem 125 mil habitantes. Extrema tem dois terços do ICMS de Pouso Alegre, portanto lá não há miséria. Lá a própria Prefeitura investia pesado nos problemas locais. A ação não pode ser apenas punitiva, repressiva, mas principalmente preventiva. Posteriormente, temos de reintegrar esse pessoal que vai para as drogas. Trabalharemos para isso. Tivemos oportunidade de formar o Conselho Municipal Antidrogas em Pouso Alegre. Lutamos também por algo importante, que é a Fazenda da Esperança, projeto que vimos no Vale do Paraíba, que tem obtido muito sucesso, 85% de reintegração das pessoas. Que tenhamos segurança adequada para crescermos e sermos mais felizes na nossa cidade. Muito obrigado. (- Palmas.)

O **Sr. Presidente (Deputado João Leite)** - Obrigado, Vereador. Nosso penúltimo inscrito, Dr. Renato Mendes, Delegado de Polícia de Cambuí.

O **Delegado Renato Mendes** - Exmo. Deputado João Leite, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades presentes; prezada assistência, que até agora permanece para debater segurança pública, assunto tão importante na data de hoje; em princípio, não me inscreveria, mas prometo a todos que serei breve e objetivo na medida do possível, até pelo adiantado da hora. Segurança pública é tema prioritário no Estado brasileiro, não só pela Conseg, conselho nacional que debateu todas as diretrizes e os princípios, que passam a ser organizados e debatidos pela sociedade, o que se traduz em realidade em Pouso Alegre. Gostaria que todos compartilhássemos este senso de responsabilidade, porque, a partir das ideias aqui debatidas, será pautado e formatado o programa de segurança pública, que garantirá o futuro dos nossos jovens e das nossas instituições. Gostaria de debater com os senhores sobre repressão qualificada. Concordo plenamente com as autoridades, em especial com o Ministério Público, a Defensoria e a sociedade civil organizada, quando dizem que não seria a repressão policial a panaceia para resolver todos os problemas, mas sim outro prisma de visão sobre a questão. Parece-me que, relativamente à repressão qualificada, não adianta continuarmos reprimindo pequenos traficantes. Sabemos que do tráfico são originados os demais pequenos ilícitos que assolam a sociedade. Parece-me que, integrando principalmente o trabalho da Polícia

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 94**

Federal com a Polícia Civil, em especial, poderiam começar a trabalhar com grandes traficantes, contando com o apoio pioneiro do Estado, no sentido de quebrar a rede de distribuição e fornecimento de drogas, especialmente no Sul de Minas, onde há corredor muito importante de distribuição para as demais regiões do País. Na região de Pouso Alegre, com o apoio de Extrema, esse tipo de trabalho vem sendo desenvolvido, e conseqüentemente vemos os números dos demais ilícitos reduzidos. No sentido de trazer novas ideias e debater sobre outro prisma, parece-me conveniente solicitar aos senhores, nossos representantes no Poder Legislativo, que fiscalizam e dotam o Orçamento junto ao Poder Executivo, que deem atenção especial à Polícia Civil e aos Delegados de Polícia, que são as pessoas mais indicadas para trabalhar, com inteligência, a repressão superqualificada, principalmente quanto aos grandes fornecedores de drogas. Peço desculpas à Polícia Militar se não me fiz entender, mas a Polícia Militar é grande parceira da Polícia Civil, não só em Pouso Alegre mas, no meu caso especial, em Cambuí. A Polícia Civil hoje pouco faria sem a Polícia Militar, que muito tem feito em relação à prevenção. Cabem elogios aos programas como o Proerd, aos programas que trabalham com crianças, alguns voltados à sociedade civil. Parece-me que hoje a Polícia Militar quase atinge o estado de excelência. É claro que ainda muito precisa ser feito, inclusive investimentos. A estrutura atual da Polícia Militar permite à instituição partir para outros patamares, tanto que ouvimos dizer hoje aqui que a Polícia Militar mineira é das maiores e melhores, o

que particularmente ratifico. Em razão disso, quero priorizar o atendimento ou solicitar olhar um pouquinho mais cuidadoso sobre a Polícia Civil, mesmo porque é instituição muito carente, inclusive no que se refere à sua competência e ao orçamento. A Polícia Federal poderia auxiliar no sentido de reprimir, de maneira mais qualificada, os grandes crimes da nossa sociedade. Grosso modo, é o que gostaria de dizer. Agradeço o espaço para debate. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Renato Mendes, por sua contribuição. Como permite o Regimento Interno, prorrogo o prazo de duração desta reunião por mais 30 minutos, para ouvirmos o Vereador Oliveira Altair Amaral.

O Vereador Oliveira Altair Amaral - Boa-noite, Deputado João Leite; é um prazer recebê-lo em nossa Casa. Cumprimento todas as autoridades públicas aqui presente e a imprensa. Serei breve; meus companheiros já falaram sobre a zona rural, que vem sofrendo com os assaltos. Gostaria de dizer que venho do Bairro São Gerando, em que fui criado e onde a droga vem-se alastrando. Vemos crianças de 11, 10 anos nas drogas. É lamentável. A mensagem que deixo, para ser levada ao Governador, é a de que precisamos da nossa área de esportes. Fala-se tanto em segurança, em investir na Apac, com o que concordo; mas e o trabalho de prevenção? Nossas áreas de lazer estão todas arreventadas. Tínhamos seis campos no Bairro São Geraldo. Hoje, infelizmente, não temos nenhum. Estão com telas caídas, e, assim mesmo, as crianças estão brincando lá, mas envolvidas com malandros e traficantes. Deixo este apelo para que consertem nossas áreas de

Código do documento: 762644

campo, nossas quadras esportivas. Que a Prefeitura, em parceria com a Polícia Militar, faça trabalho de prevenção com as crianças. Tendo esses parceiros e a própria população envolvidos num trabalho conjunto, com certeza lá não estariam os traficantes. Infelizmente, as crianças estão brincando em nossos campos, mas não há trabalho de parceria com a Polícia Militar, assim como não o há com o Poder Executivo. Apelo, Deputado, que, não só no Bairro São Geraldo, mas nos demais campos da cidade - exceto o São João, que foi reformado há pouco tempo, onde estão sendo realizados vários eventos e a própria comunidade vem fazendo trabalho espetacular -, sejam feitos trabalhos de melhoria. Nossas crianças não têm área de lazer para brincar e ficam diariamente nas ruas, encontrando-se com as drogas. O trabalho de prevenção é o mais importante. Enquanto há 10 recuperandos, são 30 ou 40 jovens entrando para o mundo das drogas. Portanto o trabalho de prevenção é muito importante. Muito obrigado e boa-noite a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado, Vereador Oliveira. Passo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional.

O Delegado Carlos Eduardo Pinto - Boa-tarde a todos. Cumprimento, na pessoa do Presidente João Leite, todas as autoridades presentes. Ouvindo reclamações, principalmente das cidades que estão sob nossa responsabilidade, constatamos o peso que fica sobre nossos ombros e a responsabilidade que temos. Jacutinga é uma cidade relativamente calma, mas podemos verificar o que dois homicídios causam numa sociedade. É algo inaceitável, mas é difícil evitar esse

tipo de crime com as fronteiras abertas. O senhor não está errado quando diz que o PCC está em Minas Gerais, mas também está no Espírito Santo, no Paraná, no Mato Grosso e em outros Estados. Não querendo justificar, mas já justificando, estamos fazendo, há mais ou menos seis meses, trabalho conjunto com todas as polícias da nossa região, tentando fazer bloqueio, identificando lideranças.

Temos apreendido muita droga dessas quadrilhas, dessas organizações criminosas, com técnica e com serviços de inteligência. Como disse meu amigo, o Vereador Moacir Franco, a apreensão de droga tem aumentado em virtude do aumento do número de usuários. De acordo com os índices, aumentaram as apreensões e as prisões. Em um dos meses, não me recordo qual, fizemos 56 flagrantes de tráfico de drogas. Quando cheguei a Belo Horizonte, fui parabenizado porque tinha feito mais flagrante que a delegacia especializada de Belo Horizonte; ainda não é o suficiente, mas temos procurado fazer o melhor. Eu e o Tenente-Coronel temos nos reunido quase diariamente. Às vezes, vou mais ao quartel que à delegacia; às vezes, ele não sai da delegacia. Temos trabalhado em conjunto, com o objetivo de reprimir, repreender e colocar ordem na casa.

O serviço de inteligência é fundamental. Desde que chegamos a Pouso Alegre, tivemos total apoio do Ministério Público, dos Juízes de direito, das três varas criminais. Temos número muito significativo de ações de inteligência, que abrangem toda a nossa regional. Em conjunto com Alfenas, Poços de Caldas e Itajubá, repreendemos o crime organizado. Não temos tido respostas imediatas,

porque são crimes complexos; é muito grande o número de pessoas envolvidas nas quadrilhas. Todo crime complexo exige resposta complexa, portanto demorada. Posso garantir aos senhores - o Dr. Sadi sabe disso - que, nos próximos dias, grandes operações serão realizadas. Um único marginal na rua, Deputado, faz estrago muito grande. Os índices de violência de Pouso Alegre foram reduzidos drasticamente graças ao efetivo trabalho dos nossos policiais. Como disse o Presidente do Consep de Monte Sião, esses policiais que hoje estão na linha de frente são verdadeiros heróis, porque estão dia e noite dobrando turno, fazendo horas extras e até cancelando férias. Muitas vezes, têm direito a férias, mas abrem mão delas; em alguns casos, se estiverem de licença médica, temos de mandar buscá-los. Estamos fazendo o melhor para cumprir as metas do governo estadual e realmente reduzir esse número. Mas um indivíduo desses na rua faz dois, três assaltos por semana. Então, quando começamos a prender em flagrante e a expedir mandados de prisão, reduzimos o índice de criminalidade. Os 350 presos de Pouso Alegre significam nossa redução de violência. Poderíamos melhorar isso prendendo mais criminosos. Existem outros crimes de menor potencial ofensivo, como a pirataria, que também dá cadeia. Fizemos algumas ações, e a Justiça foi obrigada a soltar imediatamente porque a cadeia está superlotada. Ainda há muito o que fazer. Apesar de ser menos importante que a educação dos nossos jovens, o emprego e a qualificação das pessoas mais carentes e a assistência do Estado aos menos assistidos, a repressão também é importante e significativa. Agradeço a atenção de todos. A Delegacia

Regional de Pouso Alegre está à disposição de todos que tiverem alguma informação importante. Não importa a hora nem o dia, o que queremos é prestar o melhor serviço à população. Muito obrigado. (-Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar.

O Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca - Boa-noite a todos. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento todas as pessoas presentes na Câmara Municipal de Pouso Alegre. Complementarei o que o Dr. Carlos Eduardo acabou de narrar. Em Pouso Alegre, realmente existe integração. Como disse nosso Prefeito, a dívida social, não só do nosso Município mas dos outros, é enorme. Segundo nosso Secretário, 51% das crianças e adolescentes penalizadas pela lei estão envolvidas com tráfico ou uso de drogas. A Promotora disse que, em Pouso Alegre, são mais de 90%. Então temos de partir para a prevenção social. Em algumas regiões, a criminalidade está em curva ascendente, mas, na nossa região, vemos, de forma prazerosa, essa curva cair. Quando perguntaram como conseguimos reduzir a criminalidade em Pouso Alegre a esse nível, ficou bem claro que é porque aqui a integração realmente funciona e as decisões são colegiadas. A Polícia Militar não fica apontando o dedo para a Polícia Civil, nem vice-versa. Reunimo-nos com a comunidade. Quero elogiar o trabalho da Dra. Tereza Cristina, Promotora Pública, e agradecer a participação do Dr. Sérgio, da Defensoria Pública e de

Código do documento: 762644

todos os outros atores que trabalham nessa causa. Aqui as coisas funcionam porque não apontamos o dedo para ninguém, pois o que queremos é solucionar o problema. Em Pouso Alegre, funciona dessa forma. Nas cidades em que está havendo decisão colegiada, com harmonia entre os poderes, a criminalidade também está caindo.

Quanto ao Proerd, em Pouso Alegre estamos um pouco mais adiantados que em Cachoeira de Minas. Temos a relação do nosso efetivo, mas não dá para empregar muitos homens no Proerd. Aqui temos Proerd até para os pais; além de atender alunos, também estamos atendendo pais, para fechar o ciclo. Estamos avançando, Comandante, e futuramente queremos fazê-lo em todas as cidades da região. A zona rural é preocupação dos Vereadores, do Consep e também nossa. O aumento da criminalidade na zona rural pode estar alicerçado na repressão qualificada que estamos fazendo na zona urbana, mas também no envolvimento da população rural em crimes. Além dessa migração do crime para a zona rural, temos a participação do cidadão que mora na zona rural. Temos de nos preocupar com isso também.

Em 2010, teremos o CPST em Pouso Alegre. Com o empenho do nosso Comandante Cel. Sant'Ana e do nosso Comandante-Geral, Pouso Alegre sediará uma Companhia Escola, ou seja, formaremos Soldados na nossa região. Eu e o Dr. Carlos Eduardo estamos à disposição dos Vereadores e dos demais expositores para participar de reuniões como esta nas suas cidades e discutir os assuntos de segurança pública, sem apontar dedo para ninguém. Queremos encontrar soluções adequadas para cada situação, a médio e a longo prazos. A curto prazo, faremos

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 101**

a reunião da metodologia Igesp em Santa Rita do Sapucaí, que, como disse o Comandante, é a 1ª cidade em índice de criminalidade violenta da região. Participarão dessa reunião a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, o Consep e a sociedade civil organizada de Santa Rita. Estamos à disposição dos Vereadores de Jacutinga, dos nossos companheiros de Monte Verde e de Monte Sião. É só marcar a reunião que iremos lá. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ten.-Cel. Dimas. Quero saber do Dr. Sadi e do Cel. Sant'Ana se há Disque-Denúncia 181 na região. (- Pausa.) Só em Belo Horizonte; aqui não. Em Uberaba, já temos. Segundo nosso Delegado de Cambuí, a prisão dos grandes líderes do crime é ação das polícias. Agradecemos ao Vereador Paulo Henrique Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, a cessão do Plenário para a realização desta reunião; ao Dr. Sadi e ao Cel. Sant'Ana, Comandantes da Região Integrada de Segurança Pública do Sul de Minas; ao Delegado Federal Rafael; ao Enilson, da Polícia Rodoviária Federal; aos Vereadores; ao Ten.-Cel. Dimas; ao Dr. Carlos Eduardo; e à Dra. Tereza Cristina, Defensora Pública, que está muito envolvida com a Apac. Voltarei para irmos à Apac. Desde 1997, recomendamos a Apac, quando da realização da CPI Carcerária. No relatório final da Comissão Especial de Execução das Penas - o relatório final ainda tem prazo regimental no Plenário da Assembleia Legislativa para receber emendas; está em discussão -, colocamos como fundamentais tanto a Apac quanto a Defensoria Pública; também

Código do documento: 762644

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
22/9/2009 - 14 horas **Pág.: 102**

identificamos grande drama que temos, os presos provisórios. A maioria dos presos do Estado são provisórios e aguardam julgamento. É um desafio que temos pela frente.

Agradecemos a presença da delegação de Jacutinga, de Monte Sião, de Cachoeira de Minas, de Bueno Brandão, de Monte Verde, da minha amiga Maria José, de Caxambu, e do Heitor Cinel.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais presentes, convoca os membros desta Comissão para a próxima reunião, a ser realizada na quinta-feira, às 9 horas, no Plenário da Assembleia Legislativa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.